

MÉLLANIE CHRISTINA BATISTA SANTOS

**OS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL: a inserção e a adaptação à
sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial**

BRASÍLIA – DF

2016

MÉLLANIE CHRISTINA BATISTA SANTOS

**OS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL: a inserção e a adaptação à
sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

Orientadora: Prof^o Msc. Aline Maria Thomé Arruda

Brasília - DF
2016

MÉLLANIE CHRISTINA BATISTA SANTOS

**OS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL: a inserção e a adaptação à
sociedade brasileira após a Segunda Guerra Mundial**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em Relações
Internacionais pelo Centro Universitário de
Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Prof^o Msc. Aline Maria Thomé
Arruda

Brasília, ____ de _____ de 2016.

Banca examinadora

Professora Aline Maria Thomé Arruda
Orientadora

Professor examinador

Professor examinador

AGRADECIMENTOS

Após quatro anos de faculdade e um ano e meio dedicados à monografia, chego ao fim da grande jornada que foi ser aluna de Relações Internacionais. Durante esses quatro anos, aprendi lições que certamente não aprenderia em mais nenhum lugar.

Antes de tudo, meu agradecimento eterno e exclusivo é a Deus: Aquele quem me criou, me fez estar aqui, que me capacitou para que eu pudesse chegar onde me encontro agora. Toda honra e glória sejam dadas a Ele!

Não posso deixar de agradecer especialmente à minha família, que esteve me apoiando para que eu realizasse meus sonhos, especialmente meu pai, Wellerson, e minha mãe, Kátia. Sem eles, eu não teria chegado até aqui. A cada momento que eu pensava em desistir, era só lembrar de todo o apoio que eles me davam que esse pensamento ia embora. Obrigada por serem os melhores pais do mundo. Às minhas irmãs, que adoravam me desconcentrar, mas que nunca falharam em me tirar boas risadas, obrigada também.

Agradeço, também, a todos os meus amigos, que não me aguentavam mais porque a cada 10 frases minhas, 12 continham algo relacionado à minha monografia. Sem a companhia de vocês, eu teria sofrido um surto, talvez. Obrigada por me distraírem e me alegrarem!

Em especial, agradeço a professora Gleisse Ribeiro, que me ajudou com meu tema e sempre se mostrou disponível a ajudar; ao professor Renato Zerbini, que me acompanhou durante a primeira parte do desenvolvimento da monografia e que, sem a ajuda dele, eu não teria delimitado o tema tão bem; por fim, a professora Aline Arruda, que demonstrou como a Antropologia é uma matéria cativante e que foi amplamente explorada para este trabalho. Também agradeço por me acompanhar durante a segunda parte do desenvolvimento da monografia, pela paciência e por sempre se mostrar disposta e atenciosa.

Por fim, a todos que estiveram envolvidos na minha vida durante esse um ano e meio de monografia, incluindo os demais professores, eu agradeço do fundo do meu coração pela paciência, pelos conselhos e por não desistirem de mim. *I made it!* やった!

*Em seu coração o homem planeja o seu caminho,
mas o Senhor determina os seus passos.*

(Provérbios 3:5 – Bíblia Online NVI)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal descobrir como se formou a cultura nipo-brasileira. Para isso, será feita uma breve descrição dos conceitos essenciais para se entender os fluxos migratórios, além de retratar as migrações ao longo da história, com foco na migração japonesa. Em seguida, será feita uma análise da imigração japonesa para o Brasil, delineando suas fases e apontando os principais obstáculos enfrentados pelos japoneses, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. Ademais, e de modo a demonstrar em que momento ocorreu a adaptação desses indivíduos, serão utilizados os conceitos antropológicos de identidade, assimilação e integração social, por exemplo, procurando esclarecer as distintas formas de adaptação dos japoneses e seus descendentes. Por fim, pretende-se apontar em que momento os japoneses instalados no Brasil deixaram a cultura brasileira fazer parte do seu modo de vida e vice-versa, analisando quais foram as dificuldades e consequências dessa integração de identidades que mais tarde deu origem a cultura nipo-brasileira.

Palavras-chave: Japão. Brasil. Migrações Internacionais. Antropologia. História. Cultura.

ABSTRACT

The main goal of this paper is to find out how the Japanese-Brazilian culture was formed. Therefore, it will be made a brief description of the essential concepts for understanding migratory flows, in addition to portray migration throughout history, focusing on Japanese migration. After that, an analysis of the Japanese immigration to Brazil will be outlining its phases and pointing the main obstacles faced by the Japanese, especially during World War II. Besides, and in order to demonstrate in which moment these individuals adapted themselves, the anthropological concepts of identity, assimilation and social integration will be used, for example, clarifying the different forms of adaptation of the Japanese and their descendants. Finally, we intend to point at what time the Japanese installed in Brazil have left the Brazilian culture be part of their way of life and vice versa, analyzing what were the difficulties and consequences of integration of identities that later gave rise to Japanese-Brazilian culture.

Key words: Japan. Brazil. International Migration. Anthropology. History. Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
MIGRAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
Migração e conceitos relacionados	11
Migrações após a Segunda Guerra Mundial	16
Migração japonesa pelo mundo	18
IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL	21
Imigrações japonesas para o Brasil	21
Imigrantes japoneses no Brasil após a Segunda Guerra Mundial	26
Imigrações japonesas após a Segunda Guerra Mundial	29
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA	32
Conceitos antropológicos	32
Adaptação do imigrante japonês	37
Adaptação dos isseis	39
Adaptação dos nisseis em diante	40
A criação da cultura nipo-brasileira	41
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O objeto do presente trabalho se deu a partir do questionamento de como surgiu a cultura nipo-brasileira, pois os japoneses sempre foram muito apegados à sua pátria e cedê-la a fim de que outra cultura pudesse se manter firme seria um sacrifício surpreendentemente difícil. Assim surgiram os seguintes problemas: houve abertura por parte dos japoneses para que eles se adaptassem à nova sociedade em que eles estavam inseridos? Se sim, como isso aconteceu e quando? Um processo de assimilação foi necessário para que a cultura nipo-brasileira viesse a ser criada?

Para responder essas dúvidas, as hipóteses são de que houve sim uma abertura por parte dos japoneses e uma colaboração entre ambos os povos para que isso acontecesse. Como a desconfiança era visível até meados do pós Segunda Guerra Mundial, supõe-se que essa abertura ocorreu só quando o Japão cessa de vez com os movimentos expansionistas e se concentra em seu crescimento. E sim, também acredita-se que a assimilação foi necessária para que a cultura em questão se desenvolvesse.

Assim, foi procurado estruturar esse trabalho em forma cronológica para que houvesse embasamento dos fatos apresentados, utilizando os dados de maneira quantitativa para explicar objetivamente o que realmente aconteceu dentro da comunidade japonesa.

Com relação às fontes, o método utilizado foi o levantamento bibliográfico, a fim de juntar o maior número possível de informações para apresentar e investigar os questionamentos propostos com um arcabouço acadêmico de excelência. Por fim, a pesquisa segue a linha explicativa justamente para identificar como ocorre a criação de uma nova identidade por meio da corrente antropológica.

Dito isso, no primeiro capítulo serão apresentados conceitos fundamentais para se entender os fluxos migratórios e outros conceitos relacionados à recepção de migrantes em um determinado território, como as ideias de assimilacionismo e multiculturalismo. Ainda nesse capítulo será feita uma descrição das migrações internacionais após a Segunda Guerra Mundial, pelo fato desse conflito ter sido um marco para as relações internacionais e para o mundo inteiro em todas as áreas. Por fim, a última parte do capítulo é voltada para as migrações japonesas no geral, mostrando como o Japão abriu suas fronteiras para o mundo após ter se isolado por anos e como essa abertura foi benéfica para o país.

Já no segundo capítulo as questões a serem tratadas serão mais específicas. Inicialmente, será explicado como se deram as migrações japonesas para o Brasil, sem esquecer-se de falar sobre os antecedentes históricos dessas migrações, que foram essenciais para a decisão de se migrar para o Brasil. Em seguida, o que será analisado é a situação dos imigrantes já no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial. Como o Japão se aliou a Alemanha e a Itália, muitos Estados que mantinham relações diplomáticas com esses países cortaram suas relações, pelo fato de que esses três países estavam com ideias que ameaçavam a ordem internacional.

Dessa forma, os imigrantes japoneses, alemães e italianos que se encontravam no Brasil sofreram sérias repressões por parte do povo e do Estado, sendo que uma delas era a proibição de conversar em um dos idiomas desses países e se reunir em grupos, o que era visto como uma ameaça. Ao fim desse capítulo, a questão é dos imigrantes japoneses após a Segunda Guerra Mundial. Apesar de não ter reinado uma paz absoluta, os conflitos diminuíram e cessaram alguns dos rumores de expansionismo militar. No entanto, o surgimento de um grupo extremista ameaça todas as esperanças que se tinham de uma “trégua” e os conflitos que antes eram de brasileiros para com japoneses e vice-versa passa a ser entre japoneses.

O último capítulo pretende esclarecer os conceitos antropológicos que vão auxiliar na compreensão do processo de adaptação dos imigrantes japoneses dentro da sociedade brasileira, tais como assimilação, aculturação e integração, a fim de entender com qual desses processos pode se caracterizar a inserção dos japoneses no Brasil. Além disso, será analisada como se deu essa adaptação: se foi da mesma forma para os imigrantes e seus descendentes, as dificuldades enfrentadas por cada um e as particularidades de cada uma.

A última parte do capítulo irá apontar como que a cultura nipo-brasileira foi desenvolvida a partir da inserção dos japoneses na sociedade brasileira, mostrando que a criação dessa cultura também foi essencial para a criação da identidade nipo-brasileira.

1 MIGRAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De modo que haja uma maior compreensão do presente trabalho, entende-se que seja necessário o esclarecimento de alguns conceitos no âmbito da migração que serão amplamente utilizados, o que será feito no primeiro subtítulo. Ainda nesse item, será feita uma breve descrição a respeito das migrações internacionais entre os séculos XIX e XX, ou seja, “*movement of persons who leave their country of origin, or the country of habitual residence, to establish themselves either permanently or temporarily in another country. An international frontier is therefore crossed*”. (IOM, 2004, p. 33). Além disso, pretende-se analisar como funcionam as políticas de recepção adotadas pelos Estados (assimilacionista e multiculturalista) e qual delas foi adotada pelo Brasil, explicando brevemente as consequências disso para os imigrantes que aqui estavam.

No subtítulo seguinte, será abordada a questão das migrações após a Segunda Guerra Mundial e como esse conflito contribuiu para uma maior cooperação entre os países em diversos âmbitos, resultando na criação de organizações com o intuito de regular temas de responsabilidade mútua.

Por fim, e já abrindo uma porta de entrada para o segundo capítulo, propõe-se analisar de que maneira o Japão se inseriu no contexto internacional das migrações e qual foi a importância dessa inserção não só para o Japão, mas também para os nacionais de seu país que passaram a representar sua pátria onde quer que estivessem.

1.1 MIGRAÇÃO E CONCEITOS RELACIONADOS

De acordo com a *International Organization for Migration* (IOM), um migrante é:

any person who is moving or has moved across an international border or within a State away from his/her habitual place of residence, regardless of (1) the person’s legal status; (2) whether the movement is voluntary or involuntary; (3) what the causes for the movement are; or (4) what the length of the stay is.

Por sua vez, a Opinião Consultiva n° 18 da Corte Interamericana de Direitos Humanos afirma que a palavra “migrante” é um termo que inclui dentro de si as definições de “imigrante”, pessoa que chega a outro Estado com o propósito de residir nele, e “emigrante”, pessoa que deixa um Estado com o propósito de se transferir a outro e se estabelecer nele. (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2014).

Portanto, infere-se que os migrantes são pessoas que, por algum motivo, deixam seu lugar de habitação, independente das suas razões ou do tempo em que elas pretendem passar fora de seu domicílio.

Ademais, cabe ressaltar que as migrações podem ser classificadas de diversas maneiras diferentes, como migração externa e interna, emigração, imigração, migração forçada, migração regular e irregular, dentre outros. Em razão da temática do presente trabalho, não se considera cabível conceituar todas elas, mas sim as que serão exploradas mais a fundo. Por exemplo, a definição de migração, segundo o *Glossary on Migration*, elaborado pela IOM é:

A process of moving, either across an international border, or within a State. It is a population movement, encompassing any kind of movement of people, whatever its length, composition and causes; it includes migration of refugees, displaced persons, uprooted people, and economic migrants. (IOM, 2004, p. 41).

O mesmo glossário define imigração como “um processo pelo qual não-nacionais se mudam para um país com o propósito de estabelecimento” (tradução nossa) (IOM, 2004, p. 31). Por ser um termo se acreditar que a imigração japonesa para o Brasil tem traços desse tipo de migração, vê-se necessário o esclarecimento da ideia de migração econômica, definida pela IOM como “uma pessoa saindo de seu habitual lugar de residência para se instalar fora de seu país de origem no intuito de melhorar sua qualidade de vida” (tradução nossa) (IOM, 2004, p. 21).

Feitas essas considerações, entende-se que, para compreender melhor como funciona o pensamento de um migrante, é necessário saber quais são as explicações existentes a respeito da transferência de local desses indivíduos.

Avila (2005) argumenta que existem diversas motivações ou incentivos que impulsionaram as migrações, entre eles, a aspiração de melhorar as condições de vida e de emprego, os deslocamentos forçados em ambientes de extrema hostilidade política ou econômica, desigualdades sociais de todos os níveis, dentre outros.

A esse respeito, Avila (2005, p. 4) aponta ainda os conceitos de *push* e *pull effect*, que nada mais são do que pressões internas e/ou externas advindas tanto de economias desenvolvidas como das economias em desenvolvimento. O chamado *push effect* normalmente impulsiona a migração internacional no sentido Sul-Norte e tem relação com as realidades sociais, políticas, econômicas e até mesmo climáticas, agindo no sentido de

“empurrar para fora” as pessoas que se encontram marginalizadas em alguma dessas áreas, resultando em uma oferta de força de trabalho oriunda de pressões e forças profundas, como a exclusão social, o desemprego, a crise ambiental global, entre outros.

Por outro lado, o *pull effect* nasce de uma necessidade de importar força de trabalho vinda de países em desenvolvimento, ou de fenômenos que alteram os números populacionais, diminuindo a mão-de-obra assalariada e obrigando as sociedades a adquirir trabalhadores, sejam eles qualificados ou não. Outros fatores, como a existência de um clima mais agradável ou até mesmo a questão da liberdade política e religiosa, por exemplo, podem ser cruciais para a “atração” de novos indivíduos para uma determinada sociedade.

Corroborando com o assunto, Guimarães, Gonçalves e Rodrigues (2013) salientam que, de acordo com as abordagens econômicas, as migrações podem ser analisadas tanto do ponto de vista microeconômico, representado pela escola neoclássica, teoria *push-pull* e pela teoria do capital humano, quanto do ponto de vista macroeconômico, representado, assim, pelo mercado de trabalho dual e pelas teorias estruturais do capitalismo.

Peixoto (2004) argumenta sobre a conexão das migrações com a economia, motivo este para que se existam tantas correlações entre esses temas. Ele ainda diz que:

[...] o motivo principal de uma migração era o desejo do agente individual melhorar a sua condição econômica representa a essência do modelo de *push-pull*. É com base em informação acerca das características da sua região de origem e das potenciais regiões de destino (em particular a situação de emprego e níveis salariais), que o migrante se decide por um percurso migratório. (PEIXOTO, 2004, p. 14).

Apesar de a abordagem econômica não ser a única e tampouco a mais importante, acredita-se que seja suficiente para compreender os fatores que levaram os japoneses a deixar seu país, como será detalhado mais a frente.

É importante ressaltar que as migrações não são algo recente. Podendo ocorrer de várias maneiras diferentes, as migrações passaram a ser objeto de estudo das Relações Internacionais a partir do momento em que se percebeu como esse movimento afetava não só as questões competentes ao Estado, mas também a vida de populações que recebiam esses migrantes, especificamente no quesito da cultura, quando se trata da identidade de um povo, o que será discutido mais adiante.

Mesmo não sendo recentes, as migrações internacionais tiveram seus altos e baixos, e um momento em que houve um número crescente de movimentos migratórios globais foi

entre o início do século XIX e XX, quando a Europa passou por um momento em que as taxas de crescimento eram altas e a única opção era incentivar seus nacionais a emigrarem, seja por motivos políticos, religiosos ou por motivos econômicos, como crises e fome, ou por motivos estruturais, como a falta de emprego em massa, tudo isso causado basicamente pela Revolução Industrial. (LEÃO NETO, 1989).

Nogueira (1983) argumenta que a independência das Américas também foi um fator determinante no aumento do fluxo migratório dessa época, já que elas passaram a abrir suas fronteiras para que suas terras fossem povoadas e exploradas. Ela assinala ainda que o desenvolvimento dos meios de transporte e a propagação de conhecimentos geográficos também incentivaram as migrações, já que antes disso, era a viagem era perigosa e levava muito tempo de um lugar para outro.

Em relação a essa questão, Leão Neto (1989) distingue dois grupos distintos desse período migratório: o primeiro, em que se inclui a emigração irlandesa, britânica, alemã, francesa e escandinava, que teve seu início por volta de 1840, e o segundo, composto por movimentos emigratórios de países de origem mediterrânea, tais como Itália, Espanha e Portugal, além dos russos e poloneses, já sendo um pouco mais tardio. O Japão também se encaixa nesse segundo grupo, pelos motivos que serão explicados mais adiante.

A princípio, a ideia de receber estrangeiros em seu país pode parecer vantajosa, pois a mão-de-obra poderia aumentar, gerando mais lucro para o país receptor, sem contar que o país fornecedor receberia parte do lucro gerado pelo seu nacional, já que ele enviaria um pouco do que recebeu para a família que ficou. Entretanto, o país fornecedor também perde mão-de-obra, a não ser que seu mercado de trabalho esteja congestionado, o que seria positivo para a economia daquele país. Observa-se, porém, que a chegada de imigrantes, muitas vezes indesejada, pode gerar problemas de ordem social para o país receptor e de ordem moral para o próprio migrante. (NOGUEIRA, 1983).

Divergências culturais muito grandes podem acabar se tornando barreiras para o desenvolvimento desses imigrantes no país em que se inseriu, sem contar que seus costumes podem não ser aceitos pela população do país receptor. Outro aspecto que poderia gerar problema tanto para os imigrantes quanto para os nacionais é a mão-de-obra especializada: caso haja maestria por parte dos imigrantes em certa área, o argumento é de que os imigrantes estão “roubando” a vaga que poderia ser de um nacional, gerando desentendimentos entre ambos, o que ainda poderia resultar numa marginalização desses imigrantes.

Ainda sobre esse respeito, Nogueira (1983) aponta que em virtude do possível desencadeamento desses problemas, os países receptores, apesar de encorajarem as imigrações até certo ponto, passaram a criar leis que controlassem esses movimentos migratórios, a fim de regulamentar a entrada de indivíduos que pudessem ameaçar a ordem pública, tanto na área sanitária, quanto nas áreas religiosa, política, social e até mesmo moral. Em alguns países, como nos Estados Unidos, em que o número de entrada de imigrantes era extremamente alto, as políticas migratórias começaram a se tornar mais rígidas, restringindo, inicialmente, alguns grupos de imigrantes, até que em 1924, foram estabelecidas as cotas e os asiáticos foram completamente excluídos delas.

Diante disso, cabe apontar as formas como os Estados fazem a gestão das migrações. Cavalcanti e Simões (2014) argumentam que existem três maneiras de se receber o migrante: o assimilacionista ou republicano; o multicultural ou pluralista e o segregacionista ou modelo de exclusão. Entender esses modelos e a qual deles foi escolhido pelo Brasil durante os períodos da imigração japonesa faz com que seja visível o momento em que houve uma maior abertura dos japoneses para que a cultura nipo-brasileira se desenvolvesse.

O modelo assimilacionista é pautado em políticas de inserção do migrante de forma que seja necessário abrir mão da cultura obtida no país de origem a fim de fazer parte da nova cultura em que esse migrante se encontra “em função dos valores republicanos”. (CAVALCANTI; SIMÕES, 2014, p. 155). Assim, propõe-se também um tratamento igualitário a todos os indivíduos.

Por outro lado, o modelo multicultural tem em suas bases a premissa de que o Estado tem uma participação ativa na defesa da diversidade cultural e dos direitos das minorias, sem deixar de lado um quadro comum de referência no que se trata de valores, direitos e obrigações compartilhadas pelos cidadãos. (RODRÍGUEZ-GARCÍA, 2007).

Por fim, o modelo segregacionista é “caracterizado pela separação cultural e restrição legal para o acesso à cidadania” (CAVALCANTI; SIMÕES, 2014, p. 154), tornando mais difícil a integração de imigrantes dentro de uma população, já que a exclusão começa pelo próprio Estado.

No caso específico do Brasil, Sakurai (2004) aponta que ele “sempre se alinhou junto aos outros países que recebeu imigrantes na sua conduta em relação à classificação daqueles que seriam bem vindos como imigrantes” e que as leis migratórias do Brasil possuíam

enormes semelhanças com as dos Estados Unidos, algo que será um pouco mais abordado no capítulo seguinte. Ainda sobre as políticas migratórias, a mesma autora afirma que:

[...] antes mesmo do início da Grande Imigração iniciada por volta de 1870, a política de imigração era restritiva e classificatória para buscar a formação de um povo brasileiro com fenótipo branco, apagando as marcas da miscigenação com o negro. Desta forma, a política imigratória desde os primeiros assentamentos alemães em 1818 tinha como alvo os imigrantes brancos, nem todos, com preferência os alemães, italianos do norte, bascos, excluindo-se os espanhóis, portugueses e italianos do sul. (SEYFERTH, 2002:101 apud SAKURAI, 2004, p. 3).

Dessa mesma maneira em que houve essa tipificação de imigrantes brancos, os “amarelos”, como foram caracterizados os japoneses e chineses, também passam a sofrer tanto preconceito e exclusão quanto os negros, tema que será abordado no próximo capítulo.

1.2 MIGRAÇÕES APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Dentro de vários aspectos, o mundo sofreu transformações tremendas após o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente os países diretamente envolvidos. Nunca antes foi vista tamanha destruição, tanto em termos de vidas perdidas quanto em termos políticos e geográficos. Lowe (2011) descreve que quase 40 milhões de pessoas morreram e outros dois milhões sofreram de maneiras diferentes: foram feitas de escravas, ou foram para campos de concentração e outras foram forçadas a fugir. Além disso, alguns países tiveram regiões que foram completamente devastadas, dentre eles a Alemanha e o Japão. Inadequado seria esquecer o fato das armas nucleares, que foram usadas pela primeira vez em Hiroshima e Nagasaki, deixando a humanidade estarecida. Com o fim da guerra, o mundo deixa de ser multipolar e passa a ser bipolar, no qual os Estados Unidos lideram o lado capitalista do mundo e a União Soviética comanda o lado socialista.

Convém notar ainda que a guerra levou diversos países a se reorganizarem geograficamente falando: alguns países se tornaram independentes, outros se desintegraram e alguns também se juntaram. Muitas fronteiras foram redefinidas e os prejudicados foram as populações, que poderiam acabar perdendo sua nacionalidade ou tendo que adotar uma nova. (SAKURAI, 2008).

A princípio, as migrações tinham motivações basicamente de cunho econômico, impulsionadas pela busca de melhores condições de vida. SAKURAI (2008) nota que, a partir da Segunda Guerra Mundial, com essas redefinições geográficas e o resultado do conflito em

si fez com que as migrações passassem a ser diferentes, trazendo à tona questões como a dos refugiados, dos asilados políticos e dos deslocados internos.

Diante de todos esses fatos, reconheceu-se a necessidade de criar um órgão que, de fato, garantisse a paz mundial e não só isso: que regulasse também as diversas relações interestatais a fim de evitar conflitos tão desastrosos quanto a Segunda Guerra Mundial. A ONU (Organização das Nações Unidas) surge com o propósito de manter a paz e fazer com que haja desenvolvimento nos países por meio de seus fundos, programas e agências especializadas, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Também após a Segunda Guerra, outras organizações internacionais surgiram com o intuito de auxiliar os Estados a lidarem com assuntos que não possuíam um órgão especializado dentro da ONU, como a OIM (Organização Internacional para as Migrações), que surgiu em 1951 dentro do contexto caótico pós-Segunda Guerra Mundial e com o nome de *Provisional Intergovernmental Committee for the Movement of Migrants from Europe*, sendo alterado mais tarde para *Intergovernmental Committee for European Migration*, em 1952, para *Intergovernmental Committee for Migration*, em 1980 e finalmente para *International Organization for Migration*, em 1989. Essa troca constante de nomes reflete na sua transição operacional, passando de uma agência de logística para uma agência de migração. Sua missão é administrar os movimentos migratórios, avançar no entendimento de problemas gerados pela migração, encorajar o desenvolvimento econômico e social por meio da migração e garantir a dignidade humana e bem-estar dos migrantes.¹

Em virtude do que foi mencionado, então, percebe-se que a migração deixa de ser um assunto pouco comentado e que começa a ter sua importância dentro do cenário internacional, graças à dimensão que estava tomando e começando a ter mais visibilidade por parte dos Estados. Foi também nesse período que voltaram a serem adotadas regulamentações explicitando direitos e deveres dos migrantes. A esse respeito, Salles, Paiva e Bastos (2013) apontam que:

Além do Decreto Lei n. 7.967, os demais acordos firmados no período são: o Brasil é signatário do acordo relativo às disposições provisórias sobre os refugiados e deslocados da IRO (15/09/1946); Acordo de Migração entre o

¹ INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. *IOM History*. Disponível em: <<http://www.iom.int/iom-history>>. Acesso em 9 Jun. 2016.

Brasil e a Itália (5/07/1950); legislação para criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, 1945); Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (concluída em Genebra, em 1951, e assinada pelo Brasil, em 1952); Acordo de Migração entre o Brasil e a Espanha (1960); Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos (15/12/1950); e a constituição do CIME (19/10/1953). (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013, p. 14).

Outra lei importante à época foi a que permitiu novamente as imigrações japonesas, que foram aceitas por meio do Decreto nº 52.920, de 1963. (SAKURAI, 2008). Com isso, percebe-se que a política brasileira começava a dar uma maior abertura para as relações internacionais, mais especificamente para as migrações, que são até hoje um tema de extrema importância e que afeta, positivamente ou não, uma comunidade.

Enquanto no Brasil a situação foi instável durante muito tempo com relação às relações internacionais, o Japão preferiu se manter isolado, sem participar ativamente de questões no âmbito externo por um longo tempo. Essa situação mudou quando os Estados Unidos resolveram intervir na política japonesa, o que será visto com mais detalhes a seguir.

1.3 MIGRAÇÃO JAPONESA PELO MUNDO

Por mais de duzentos anos, o Japão foi um país isolado das influências do Ocidente e manteve suas tradições intactas até o ano de 1853, quando foram vistos navios desconhecidos se aproximando do Japão. Os navios em questão estavam sob o comando de Matthew C. Perry, um Comodoro que exigiu o fim do isolamento japonês em troca da preservação de Edo (capital japonesa à época). Assim, o Japão assinou o Tratado de Kanagawa, que foi o primeiro passo para a entrada desse país no cenário internacional. (ARAI; HIRASAKI, 2008).

Desde então, o Japão passou por um período de reformas em diversas áreas e de todas as formas possíveis, com o intuito de se inserir no contexto internacional. Foi uma época de modernização intitulada de “Restauração Meiji”, que teve início em 1868 e durou até 1912. A “ocidentalização” foi utilizada pelos japoneses apenas para fins de modernizar o país. Não havia a intenção de fazer transformações na cultura tradicional nipônica. Na área econômica, aconteceram mudanças “ligadas à centralização da economia nas mãos de um novo tipo de Estado que favorecia os interesses comerciais”. (SAKURAI, 2014, p. 134).

A autora ainda coloca que, no campo, novas leis foram criadas de modo que o Estado passasse a arrecadar impostos dos produtores agrícolas; no setor industrial, muito se aprendeu dos ocidentais e de suas tecnologias, que foram essenciais para o desenvolvimento dessa área,

assim como nos negócios, que eram algo completamente novo para os japoneses. A concorrência foi um fator que ajudou no crescimento de novos empresários. (SAKURAI, 2014).

Reformas sociais também caracterizaram esse período em que há uma regulamentação na “vida social de maneira compulsória, através de leis, decretos que vêm de cima para baixo. A pressa na modernização do país redundou num sistema em que as regras de funcionamento da sociedade passaram a ser uma questão do Estado japonês”. (SAKURAI, 2014, p. 139).

Na área política, a concentração de poder no Imperador faz com que a antiga semelhança com o feudalismo europeu se torne apenas uma característica do passado, transformando o Japão em um país com um crescimento econômico acelerado, com melhoras na qualidade de vida e maior produtividade no campo. Com todo esse crescimento, as áreas dedicadas à produção agrícola passaram a ser insuficientes em relação ao crescimento populacional, levando o governo a incentivar a emigração e a colonização, de forma a “drenar parte de sua população para outros lugares”. (SAKURAI, 2004)

Dentre as diversas mudanças que ocorreram nesse período, o que é necessário saber é que foi graças a essa restauração que os cidadãos realmente foram se deslocando de seu país, migrando para outros países com o incentivo do Estado. Anteriormente, foi dito que o Japão se encaixava no segundo grupo de emigrações, que foram mais tardias. Foi exatamente pelo fato do isolamento japonês até 1868 que seus deslocamentos aconteceram de forma “atrasada”, fator esse que não impediu o Japão de crescer e se tornar uma potência.

No que diz respeito à Restauração Meiji, SAKURAI (2000) aponta que:

a expansão rumo ao exterior tem o sentido de manter contatos com outros povos, possibilidades de negócios, abertura de canais e de áreas de influência. O período é caracterizado por inúmeros intercâmbios de intelectuais, sobretudo com os europeus, de missões comerciais, demonstrando o enorme interesse do Japão se voltar para fora e assim, aprender com os 'bárbaros'. No retorno, transmitem o aprendizado que se torna e mola propulsora de uma rede de conhecimentos que vai se disseminando. (SAKURAI, 2000, p. 44).

Ainda sobre esse respeito, Tanaka (2014) coloca que essa restauração pretendia modernizar o Japão e inseri-lo na economia mundial e uma das medidas para que isso fosse realizado foi incentivar a emigração, não só pelo fato da modernização, mas também porque o Japão possui um território pequeno, o que frequentemente resulta em problemas demográficos e econômicos.

Staniford (1973) explica que os primeiros japoneses a emigrarem para o ocidente foram para o Havaí a fim de trabalharem, em 1868, mas a maioria voltou três anos depois após o término do contrato. Em virtude das péssimas condições de trabalho e tratamento recebidos ali, houve uma proibição de emigração até 1885. A partir dessa data, o número de emigrações voltou a crescer, sendo que o foco das emigrações passou a se concentrar nos Estados Unidos. Em 1900, acredita-se que havia 24.327 emigrantes.

Sakurai (2014) assinala que quando começaram a migrar para os Estados Unidos, os japoneses sofreram grande discriminação por parte dos “brancos”, algo que estava em alta não só no mundo acadêmico, mas principalmente no cotidiano dos “amarelos” e “negros”, que mais sofriam com essa discriminação. Eles eram considerados como inferiores e nunca conseguiam cargos de maior destaque na sociedade, tendo que trabalhar em áreas pouco procuradas pelos “brancos” ou em qualquer área que tivesse vagas. Assim, os japoneses se dedicavam a agricultura, uma área na qual eles tinham vantagem e em que eles conseguiam se sustentar economicamente a ponto de mandar dinheiro para as suas famílias que tiveram que ficar no Japão. À medida que eles prosperavam, os cidadãos norte-americanos acreditavam que a concorrência estava ficando desleal e o número de movimentos contrários ao povo japonês cresceu drasticamente, resultando na proibição de novos imigrantes a partir de 1907, com o *Gentleman's Agreement*.

2 IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL

Neste capítulo, haverá um maior aprofundamento de informações com relação à imigração japonesa para o Brasil. Para isso, é necessário que se compreenda, mesmo que brevemente, a situação histórica no Japão e as motivações para incentivar a saída de seus nacionais para outros países, seguido da história da imigração a partir de 1908, em que houve um número significativo de japoneses entrando no Brasil. Portanto, consideram-se aqui os dois períodos estabelecidos por Sakurai (1999) na evolução da imigração japonesa: o primeiro que vai de 1908 até 1924 e o segundo, que vai de 1924 até 1941.²

Em seguida, será feita uma descrição da situação desses imigrantes durante e após a Segunda Guerra Mundial para que se entendam os efeitos desse acontecimento na comunidade japonesa aqui presente, mostrando quais foram as consequências da derrota japonesa e as implicações de ser nacional de um país do Eixo dentro de um país que apoiava o grupo Aliado.

Por fim, será feita uma avaliação de como a Segunda Guerra Mundial foi um marco histórico para o Brasil e como as migrações mudaram após esse conflito, não só nos tipos de migrações, mas também nos perfis dos migrantes que vieram para o Brasil, especificamente.

2.1 IMIGRAÇÕES JAPONESAS PARA O BRASIL

Os japoneses não vieram para o Brasil por interesse pessoal ou porque o Brasil era um país que estava oferecendo oportunidades de vida melhor que outros países. Pelo contrário: a distância era grande, o tempo de viagem era longo e era um país completamente diferente em diversos aspectos. O motivo para que eles viessem, na verdade, não tem relação com nenhuma dos itens descritos anteriormente, mas o começo de tudo isso está no ano de 1868, quando o Japão passa por uma série de transformações para se adaptar ao mundo, já que o país se manteve fechado por séculos. Esse período foi chamado de Restauração Meiji, que durou até 1912.

De acordo com Sakurai (2014), o primeiro país da América Latina a receber imigrantes japoneses foi o Peru, tendo como marco inicial de imigração o ano de 1899, sendo

² Sakurai (1999) divide a imigração japonesa para o Brasil em duas fases: a primeira, de 1908-1924, considerada experimental e sem muita regulamentação, enquanto a segunda, de 1924-1941 é o período em que a imigração é em massa e também tutelada, termo que será explicado mais adiante.

que o contingente japonês foi o segundo maior, perdendo apenas para o Brasil. Até 1923, o número de japoneses no Peru era de 32 mil, que trabalhavam em plantações de cana-de-açúcar e algodão. A partir do momento em que os peruanos notaram a expansão japonesa e se sentiram “ameaçados”, o governo passou a proibir a entrada dos japoneses, em 1936. As relações entre Brasil e Japão começam em 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.

Em virtude das proibições com relação à entrada de imigrantes decretadas pelos Estados Unidos e pelo Peru, por exemplo, da carga demográfica elevada em seu país e da necessidade de efetivar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado em 1895, o Japão resolveu começar a incentivar a emigração para o Brasil, com propagandas de “enriquecimento muito fácil no Brasil: local de muita terra em que as pessoas só precisam estender os braços para achar o que comer” (SAKURAI, 2014, p. 245).

Assim, em 1908, se inicia a primeira fase da imigração japonesa, em que os primeiros imigrantes começam a chegar ao Brasil por meio do navio *Kasato Maru*. Antes de irem de fato para as fazendas de café, esses imigrantes foram deslocados para a Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, a fim de resolverem questões burocráticas. (HANDA, 1987, p. 6-18).

Inicialmente, as expectativas eram grandes, em razão da ideia de que haveria um enriquecimento rápido e fácil, o que ocasionaria na volta para o Japão em pouco tempo. Entretanto, essa primeira fase da imigração, como colocado por Leão Neto (1989), foi experimental tanto para o Japão quanto para o Brasil no que diz respeito à regularização, volume do fluxo migratório e inflexibilidades políticas de ambos os países, e os resultados não ocorreram conforme o esperado. Ele assinala ainda que:

Nas levas iniciais produziu-se formidável descompasso entre as expectativas dos imigrantes, movidos por ilusões de enriquecimento rápido, e a realidade da lavoura cafeeira, onde era magra a remuneração, precárias as condições de vida e semi-servil o regime de trabalho. Essas frustrações, seguramente agravadas pelo violento choque cultural, levaram os primeiros colonos a reações que embora variáveis na sua forma de expressão acabaram por traduzir-se num elevado índice de abandono das fazendas antes de concluído o prazo contratual. Protestos, situações de tensão ou fugas na calada da noite marcaram essas primeiras levas [...] (LEÃO NETO, 1989, p. 28-29).

Também a esse respeito, Tanaka (2014) aponta que

[...] para os imigrantes, as condições de trabalho encontradas foram desanimadoras e as dificuldades de adaptação foram grandes, visto que eram

fisicamente muito diferentes, tinham dificuldades com a comunicação e também não se acostumavam com a comida brasileira. Além disso, não conheciam direito o trabalho na lavoura, que era pesado demais e as condições de moradia e saneamento eram por demais precárias, não foram raras as epidemias entre a comunidade. Outro problema foram as crises econômicas que fizeram com que muitas das promessas de dinheiro fácil não fossem cumpridas gerando revoltas entre os imigrantes. (TANAKA, 2014, p. 38).

Mesmo que os imigrantes tenham passado por dificuldades tanto na adaptação a um país completamente diferente do seu quanto nas condições oferecidas pelo Brasil, eles precisavam descobrir uma maneira de se estabilizar financeiramente aqui, a fim de juntarem dinheiro para voltar para sua terra natal. Alguns imigrantes, percebendo que a lavoura não daria resultados nem imediatos e nem a longo prazo, resolveram se deslocar ou para outras cidades próximas ou até mesmo para o centro de São Paulo, com o propósito de encontrarem novas oportunidades de emprego.

Arai e Hirasaki (2008) descrevem que muitos dos japoneses que saíram das fazendas não tiveram outra opção a não ser se dirigirem para outras fazendas, já que só sabiam fazer trabalhos agrícolas, na esperança de que em outro lugar desse certo. Outros optaram por trabalhar nas linhas ferroviárias e alguns até foram parar em outros países fronteiriços com o Brasil. No entanto, aqueles que permaneceram em fazendas começaram a acreditar novamente em uma possibilidade de crescimento quando o Brasil passou pela sua crise cafeeira e perdeu mão-de-obra, fazendo com que diversos proprietários passassem a arrendar sua terra a terceiros, ou seja, as terras seriam “emprestadas” a fim de que cuidassem delas e o aluguel seria pago por meio das futuras colheitas. Foi nesse momento que vários imigrantes começaram a criar novas expectativas para o futuro.

Ainda segundo Arai e Hirasaki (2008), aqueles que foram para o centro de São Paulo tiveram um número maior de opções: as mulheres normalmente desenvolviam trabalhos domésticos ou têxteis e os homens se encaixavam onde conseguiam, desde jardinaria até a construção civil e alguns conseguiram até serem motoristas. Outro trabalho que deu certo foi o de comércio: quitandas, armazéns, mercadinhos que vendiam produtos japoneses, além de bares e barbearias, dentre outros, serviram para atender a clientela nipônica, expandindo, mais tarde, para a clientela brasileira também.

A procura por formas de se adaptar tinha em si um ponto de preservação da cultura japonesa: ao mesmo tempo em que era preciso se adaptar, as tradições não queriam ser perdidas. Isso é explicado por Castro (2012):

A manutenção do caráter tradicional consistia na propagação do conjunto de experiências, regras, valores e instituições cuja legitimidade era preservada na (e pela) memória coletiva. A relação entre continuidade e tradição em uma sociedade era, ao mesmo tempo, um mecanismo de articulação entre presente, passado e futuro, integração entre seus membros e proteção de sua cultura – entendida como o sistema de crenças, manifestações e símbolos característicos daquele grupo social. Em outras palavras, a cultura de uma comunidade – expressa no seu modo de ser e de viver – lançava as bases para suas tradições que, por sua vez, reafirmavam aquele *modus vivendi*, seguindo uma lógica de reciprocidade. (CASTRO, 2012, p. 27-28).

Vale ressaltar que foi nesse período de busca de uma adaptação mais conveniente com o estilo de vida dos imigrantes que surgiram as cooperativas, que foram fundamentais “para as colônias nipônicas darem um tímido, mas significativo, salto na qualidade de vida” (ARAI; HIRASAKI, 2008, p. 85). No sentido de preservar seus costumes e se adaptar com mais facilidade ao novo ambiente, Tanno (2008) aponta que:

a convivência com os iguais era uma forma de manter a identidade e com certeza suavizar, ainda que minimamente, a saudade da terra natal, as dificuldades, os sofrimentos e as angústias que sentiam trabalhando e vivendo numa terra estranha. O desconhecimento e a dificuldade com o aprendizado da língua portuguesa tornaram-se também motivos de aproximação entre os japoneses. Portanto, as diversas formas de sociabilidade, que promovessem o sentimento de grupo, de identidade, de pertencimento a um lugar e cultura, eram valorizadas por eles. (TANNO, 2008, p. 66).

Iniciativas como essas, além de unir núcleos de famílias japonesas, criavam escolas, ligas esportivas e espaços de lazer, por exemplo. Com a expansão desse novo tipo de agrupamento, surgiram outros instrumentos que foram essenciais para o estabelecimento dos japoneses no Brasil, como a distribuição de jornais, a criação de escolas que ensinavam o idioma japonês e tudo que as crianças precisavam saber para se comportarem como legítimos cidadãos japoneses, a fim de não serem tratados como estranhos quando voltassem para o Japão. (SAKURAI, 2014).

Dado o exposto, fica evidente que essa experiência migratória deixou muitas lições tanto para o Japão quanto para o Brasil, que precisariam melhorar em diversos aspectos caso quisessem continuar com os fluxos migratórios entre seus países.

Como consequência desse fracasso preliminar, o Japão resolveu adotar novas políticas que favorecessem seus imigrantes e dessem mais direitos e mais segurança para que eles emigrassem sem preocupações e com as garantias necessárias caso algo não funcionasse de acordo com o que foi proposto. Dessa forma, para auxiliar nesse processo, foi criada a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (KKKK), uma empresa estatal que foi o resultado da fusão de todas as outras companhias de emigração. Seu objetivo, além de gerenciar o fluxo migratório, era

“instalar-se no Brasil como empresa capitalista, aproveitando a quantidade de terras que dispõe o País, para implantar a criação de colônias sob sua supervisão.” (SAKURAI, 1999, p. 224).

Diante desse quadro, inicia-se o segundo período da imigração japonesa. Diferentemente do período anterior, a maior característica dessa época foi a considerável intervenção feita pelo governo japonês, graças a dois fatores, basicamente:

[...] de um lado, a suspensão definitiva das subvenções concedidas pelo Estado de São Paulo, com o que praticamente se inviabilizava a saída de emigrantes com destino ao Brasil e, de outro, a *Quota Immigration Law* norte-americana de 1924, que vedava o acesso do emigrante japonês ao território dos Estados Unidos. (LEÃO NETO, 1989, p. 31).

Esse segundo período também é denominado pelos estudiosos da imigração japonesa no Brasil como “imigração tutelada”, tese que foi desenvolvida por Celia Sakurai, que define essa expressão como tutelada pois

[...] é amparada, desde o início, por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo japonês. A imigração japonesa diferencia-se das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso. (SAKURAI, 1999, p. 202).

Dessa forma, a imigração japonesa a partir de 1924 deixa de ser experimental e passa a ser regulamentada pelo governo e seus agentes, que auxiliam os japoneses de modo que esses imigrantes sejam assistidos na área da saúde, educação, cultural e, principalmente, na área econômica. Nesse período, os novos imigrantes não tiveram tantas dificuldades quanto os imigrantes anteriores, o que garantiu não só o bem-estar deles, mas que também pôde mostrar ao restante dos japoneses que permaneceram no Japão que emigrar era uma boa alternativa para enriquecer.

Como se pode notar, essa nova política migratória adotada foi um incentivo para a emigração, mas não foi a única razão para o número de imigrações crescer: acredita-se também que a reação em cadeia pode ter influenciado outras províncias japonesas a enviar seus cidadãos para o Brasil, além de que um terremoto em 1923 pode ser considerado um fator determinante para que outras famílias buscassem novos rumos. Por fim, as propagandas das companhias de emigração também foram importantes para motivar a vinda de novos japoneses. (SAKURAI, 1999).

Nesse contexto, Leão Neto (1989) sintetiza que:

[...] o período iniciado em 1925 acusou, como já assinalado, não só maior estabilidade e maior volume no movimento imigratório, como substanciais mudanças na sua instrumentação, decorrentes de uma crescente interferência governamental por parte do Japão. Ademais, decorridas já duas décadas do início da imigração japonesa, os integrantes das primeiras levas de imigrantes haviam, em sua maioria, ascendido à condição de arrendatários ou pequenos proprietários, contribuindo também para dar ao quadro uma configuração geral mais estável. (LEÃO NETO, 1989, p. 33).

Aparentemente, a situação dos imigrantes estava começando a melhorar, mesmo com algumas barreiras ainda não superadas. No entanto, o que está sendo relatado até então é a situação dos imigrantes japoneses. No cenário internacional, a conjuntura era outra: resquícios políticos da Primeira Guerra Mundial que arrasaram alguns países, a crise econômica de 1929 e a crescente onda nacionalista começavam a evidenciar a possibilidade de um novo conflito, o que de fato ocorreu em 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. (ARAI; HIRASAKI, 2008).

2.2 IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Não é novidade que os japoneses nunca foram totalmente aceitos desde sua chegada ao Brasil, mas a partir de 1930, a situação deixou de ser apenas preconceito e esse povo passou a sofrer uma pressão ainda maior. Isso porque foi nesse período que um “espírito nacionalista” tomou conta não só da política brasileira, mas de vários países ao redor do mundo, inclusive do próprio Japão. Arai e Hirasaki (2008) colocam que vários jornais influentes expressavam que “as raças orientais são inassimiláveis pelos ocidentais”, o que incitava ainda mais os brasileiros a sentir ódio por aqueles imigrantes.

Como mencionado no capítulo anterior, a intenção brasileira era “branquear” a população e os japoneses se tornaram uma incógnita, já que não eram nem brancos, e nem negros: eram amarelos. No caso da miscigenação, como seria essa “nova raça”? Ademais, as colônias (ou cooperativas) inquietavam os brasileiros pelo fato de que os japoneses interagirem somente entre si e, assim, não se assimilavam, nem culturalmente e nem racialmente. (SAKURAI, 2004). A preocupação do país era que o famoso “perigo amarelo”, termo que estava relacionado ao temor de que o Japão tivesse planos de expansão territorial, atingisse o nosso país por meio dos nacionais aqui presentes. (SAKURAI, 2000).

No que diz respeito à política brasileira, as leis segregacionistas do momento pré-guerra ainda eram aceitas por uma parte da população brasileira que acreditavam que apesar de serem bons trabalhadores, os japoneses faziam parte de um povo inassimilável, pelo fato de não incorporarem os costumes e valores brasileiros, além de se isolarem em comunidades próprias e por serem “súditos de uma nação imperialista”. (GERALDO, 2007, p. 114). Além disso, com os movimentos de expansionismo do Japão muitos defendiam a ideia de que os imigrantes japoneses vieram com o intuito de continuar esse expansionismo, e que a vinda deles que era apenas uma estratégia de avanço militar. (GERALDO, 2007).

Enquanto alguns viam a migração como uma necessidade, outros viram a migração japonesa como uma ameaça à segurança nacional:

O fato de os núcleos coloniais japoneses no país terem conservado um isolamento étnico, com frequentes e importantes manifestações culturais (como ensino, periódicos e associações), certamente favoreceu esse tipo de avaliação. [...] Dos problemas representados pelos japoneses, um era relativo à ameaça da ação de uma nação imperialista e, quanto a isso, a invasão da Manchúria constituía um exemplo concreto e atual. (GERALDO, 2007, p. 83).

Quando foi declarada guerra e o Japão se juntou à Alemanha e à Itália no grupo do Eixo, a vida dos japoneses no Brasil conseguiu piorar drasticamente. Além das relações entre Brasil e Japão serem cortadas, a Constituinte de 1934 também foi bastante polêmica no sentido de que passou a limitar a entrada de imigrantes no Brasil e, em pouco tempo depois, foi aprovado o Decreto nº 383, de 18 de abril de 1938, que proibia os estrangeiros de participar de qualquer tipo de reunião ou atividade em grupo, além de estarem proibidos de usar o idioma nativo, adquirir, vender ou usar utensílios que remetessem à terra natal, por exemplo. Qualquer tipo de atividade precisava ser feita secretamente: as crianças iam à escola de japonês no período noturno, sendo que os professores corriam o risco de serem presos e o material poderia ser queimado ou confiscado e o local seria interditado. (ARAI; HIRASAKI, 2008).

Os jornais, como se pode imaginar, também foram proibidos de circularem. Handa (1987, p. 602) aponta que “o jornal aparecia como principal atividade no âmbito cultural. Podia ser de impressão rudimentar, mas o jornal desempenhava a função informativa e integradora da comunidade”. Era com esse meio de comunicação que os imigrantes podiam saber das notícias do Japão, além de serem compostos por artigos que providenciavam entretenimento e informações importantes. Aliás, cabe ressaltar que Handa faz uma descrição detalhada e elucidativa a respeito desse período dos imigrantes no Brasil.

Não bastasse todo esse infortúnio, em 1941 os japoneses aqui presentes receberam a notícia de que o Japão e os Estados Unidos haviam declarado guerra um contra o outro. Handa (1987) aponta que eram poucos os que liam em português na época, o que ocasionava em notícias espalhadas oralmente, e que nem sempre eram exatas. As notícias dos ataques das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki não foram tão chocantes quanto o anúncio de rendição feito pelo Imperador Hirohito, em 1945. As pessoas que tiveram a chance de ouvir a esse anúncio pelo rádio ou se recusavam a acreditar ou simplesmente se dispunham a lamentar. Era difícil acreditar que o Imperador, considerado uma representação divina, fosse abrir mão de sua condição, levando o Japão a sucumbir – algo que não havia acontecido em 2,6 mil anos. Para algumas pessoas, a declaração do Imperador era mais uma estratégia norte-americana para abalar os japoneses. (ARAI; HIRASAKI, 2008).

Em consequência desse desencontro de informações e opiniões a respeito da situação japonesa ao fim da guerra, a comunidade nipônica passa a ser dividida em dois grupos: o dos *kachigumi* (ou “vitoristas”, que acreditavam cegamente na vitória incontestável do Japão) e o dos *makegumi* (ou “derrotistas”, que aceitavam que o Japão havia sido vencido pelos Estados Unidos).

Fernando Morais ressalta que os *kachigumi* eram um grupo formado, basicamente, por “lavradores, feirantes, tintureiros e ex-militares, pessoas de formação modesta que tinham imigrado para o Brasil com um só objetivo: arrumar a vida e voltar para o Japão”, enquanto que os *makegumi* eram um grupo composto por “japoneses com situação econômica e cultural mais elevada, que já haviam se integrado à sociedade brasileira, falavam português e não alimentavam sonhos de retornar à pátria”. (MORAIS, 2000, p.46).

Seria apazível relatar que a divisão entre os imigrantes ficou só nesse nível, mas infelizmente não foi o que aconteceu. Com o intuito de comprovar lealdade ao Japão, foi criada a *Shindo Renmei*, que significa “Liga do Caminho dos Súditos”. (DAIGO, 2008). Com esse pretexto, alguns dos membros começaram a cometer atos terroristas contra seus próprios compatriotas, chegando até a matar alguns dos nomes importantes dentro do grupo dos “derrotistas”. Essa entidade foi a mais importante, porém não foi a única. Durante o ano de 1946, outros grupos com as mesmas intenções também agiram dentro de comunidades japonesas, resultando em “mais de uma centena de ataques, com 23 vítimas fatais”. (DAIGO, 2008, p. 32).

A esse respeito, Arai e Hirasaki (2008) relatam que:

O preconceito contra os japoneses só aumentava à medida que os noticiários estampavam a brutalidade dentro da colônia. A barbárie do pós-guerra despertou, novamente, um movimento dentro do Congresso que buscava eliminar a presença dos nipônicos. [...] Embora a publicação de materiais de língua estrangeira ainda precisasse de autorização, foi permitido a alguns líderes de destaque na colônia que informassem a comunidade a real situação do Japão. [...] Com o passar do tempo, todos começaram a se dar conta de que estiveram imersos em um delírio nacionalista, que a vitória do Japão não passava de farsa. [...] A “Liga do Caminho dos Súditos” deixou uma ferida na comunidade que demoraria a cicatrizar: a campanha contra os japoneses. (ARAI; HIRASAKI, 2008, p. 151-153).

Passado esse episódio, dá-se início ao período de reintegração dos imigrantes japoneses à cultura brasileira, que será assunto do último capítulo.

2.3 IMIGRAÇÕES JAPONESAS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O fim da Segunda Guerra Mundial foi um marco histórico não só para os países que atuaram diretamente no conflito, mas também para todos os outros países, já que as mudanças no cenário internacional afetaram a todos e em variadas áreas. A criação de organismos internacionais, a reestruturação geopolítica dos países, novos fluxos migratórios e questões econômicas passam a ser analisados a partir de outra perspectiva desde então.

No caso específico do Japão, apesar da destruição das cidades de Hiroshima e Nagasaki com a bomba atômica e de diversos outros ataques menores em outras cidades, o país passa a ser um ator de grande relevância para as relações internacionais. (SAKURAI, 2008)³. Entretanto, como também mencionado brevemente no capítulo anterior, o mundo estava dividido entre o capitalismo norte-americano e o socialismo soviético e, a fim de ganhar aliados, os Estados Unidos fizeram questão de ocupar o Japão com o intuito de conter novas rebeliões e ajudá-los na transição para a democracia, garantindo assim, mais um país antissoviético. (SAKURAI, 2008).

Dentre os maiores problemas enfrentados pelo Japão, quase todos normalmente tem alguma relação com o tamanho de seu território, que é bem limitado. Além de enfrentarem problemas nessa área em momentos de paz, em momentos pós-guerra isso é ainda mais evidenciado, e foi o que aconteceu com o fim da Segunda Guerra Mundial. Houve um aumento repentino da população e a necessidade de alimentar, oferecer moradia e emprego

³ Como apontado pela própria Celia Sakurai, os estudos sobre esse assunto são poucos, não só nacionalmente, mas no âmbito internacional também. Dessa forma, apesar de repetitivo, seu trabalho sobre isso será amplamente utilizado para essa parte do trabalho.

logo após um ataque de tamanho porte levou o Japão a adotar medidas no intuito de amenizar essa situação. (SAKURAI, 2008).

Dessa forma, medidas econômicas e demográficas são as mais urgentes, sendo que as econômicas propunham “conquistar e desenvolver mercados externos” (SAKURAI, 2008, p. 201), enquanto as demográficas pretendiam controlar a natalidade. Posteriormente, foram adotadas novas políticas de emigração também, na medida em que o Japão voltava a assinar tratados de paz com diversos países e retomava as relações interrompidas no período da guerra. (SAKURAI, 2008).

A partir de então, o esforço do governo japonês no âmbito das emigrações foi ainda maior, já que a necessidade de conter o crescimento desenfreado da população era fundamental. Entre 1947 e 1956, o Japão cria “uma rede de serviços burocráticos para fortalecer sua política emigratória” (SAKURAI, 2008, p. 204), adotando novas leis, criando companhias de financiamento de emigração, designando companhias de navegação para o transporte desses emigrantes e até mesmo instituindo uma nova área dentro do Ministério de Relações Exteriores do Japão voltada para as migrações. Houve uma preocupação também em promover cursos de orientação para os emigrantes, em que eles aprendiam mais sobre a geografia, costumes e religião, por exemplo, para que eles se assimilassem com mais facilidade ao país de destino. (SAKURAI, 2008).

Quanto ao Brasil, as intenções do governo são desenvolver o país por meio da industrialização, a fim de melhorar a qualidade de vida da população e de se inserir mais adequadamente no mercado internacional, e participar mais ativamente das relações internacionais, aderindo, assim, em organismos internacionais, como a ONU e a OIR (Organização Internacional de Refugiados). (SAKURAI, 2004).

Diante desse novo contexto, o que se percebe é uma alteração no perfil dos imigrantes que vieram para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial, justamente pelo fato de que as imigrações anteriores à guerra eram motivadas basicamente pela falta de mão-de-obra no mercado interno. Nesse período, o que se buscava eram imigrantes com qualificação profissional a fim de se engajarem no ramo industrial, preferencialmente, e também imigrantes com facilidade de assimilação. (SAKURAI, 2004).

Como analisado anteriormente, no período da Segunda Guerra Mundial, os japoneses que se encontravam no Brasil sofreram com várias formas de exclusão. Apesar de a guerra ter

acabado e de tecnicamente não haver mais motivos para desconfianças e tensões, o que se observa é exatamente o contrário: ainda existem conflitos, principalmente de migrante para migrante. Primeiro, os migrantes que vieram após a guerra vêm de um país que sofreu diretamente com bombardeios e mortes, enquanto os primeiros imigrantes só viveram a guerra de longe; os antigos imigrantes consideravam os novos como “folgados”, já que não precisaram se esforçar para construir uma boa imagem aqui no Brasil, enquanto os novos consideram os antigos imigrantes como “ignorantes”, por possuírem um nível educacional mais alto. (SAKURAI, 2004).

Entender todas essas questões é fundamental para compreender o momento em que os japoneses se adaptam à cultura brasileira, formando então, a chamada cultura nipo-brasileira, assunto do último capítulo.

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA

Na primeira parte desse capítulo, serão explicados alguns conceitos da Antropologia necessários para que não tenha nenhum desentendimento com relação ao processo de adaptação dos imigrantes japoneses no Brasil, tais como assimilação, aculturação e integração, por exemplo.

Em seguida, será explicada como se deu essa adaptação dos japoneses, identificando também as diferenças entre a adaptação da primeira geração de imigrantes (*isseis*) e da segunda geração (*nissei*) em diante, tendo em vista que cada uma dessas gerações se adaptou com suas devidas particularidades.

Por fim, pretende-se descrever de que maneira surgiu a cultura nipo-brasileira e, juntamente com ela, a identidade nipo-brasileira, que possui complexidades maiores do que se aparenta, explanando brevemente também a influência da cultura japonesa para o Brasil.

3.1 CONCEITOS ANTROPOLÓGICOS

A fim de compreender, utilizando-se de conceitos da Antropologia e das Relações Internacionais, como surgiu a cultura nipo-brasileira, é preciso fazer uma breve abordagem de termos e ideias que podem ser similares, mas que possuem significados distintos, e que vão aparecer com bastante frequência a partir desse capítulo.

O conceito básico de cultura em si já é complexo. Com o decorrer dos anos, ele vem sendo aperfeiçoado a fim de corresponder cada vez mais com a realidade. No entanto, cada vez mais a realidade se transforma e em uma velocidade crescente. Por isso, os conceitos aqui apresentados não são absolutos, mas servem como base para um melhor esclarecimento sobre o que se verá a seguir, que tem a cultura como pilar.

O primeiro registro que se tem foi estabelecido por Edward Tylor, em 1871, que definiu cultura como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR apud LARAIA, 2001). Foi um conceito amplamente utilizado por muito tempo e que correspondia ao que se tinha até então.

Apesar disso, na medida em que novos estudos surgiam e que mudanças ocorriam nas sociedades e, conseqüentemente, nas culturas, esse conceito começou a se desgastar, dando lugar para outras ideias. Marconi e Presotto (2010) apontam que:

Para alguns, cultura é comportamento aprendido; para outros, não é comportamento, mas abstração do comportamento; e para um terceiro grupo, a cultura consiste em ideias. Há os que consideram como cultura apenas os objetos imateriais, enquanto outros, ao contrário, aquilo que se refere ao material. Também encontram-se estudiosos que entendem por cultura tanto as coisas materiais quanto as não materiais. (MARCONI; PRESOTTO, 2010, p. 22).

Dessa forma, vários outros conceitos foram surgindo e mostrando que a definição de cultura é bem mais ilimitada do que se pensava: “é um conceito que varia no tempo, no espaço e em sua essência”. (MARCONI; PRESOTTO, 2010, p.23). Apesar da abrangência de significados que o termo “cultura” pode reunir, as definições adotadas para esse trabalho serão as de Anthony Giddens e de Franz Boas, que são complementares e ideais para o que será discutido. Para Giddens (2005):

a cultura refere-se aos modos de vida dos membros de uma sociedade, ou de grupos dentro da mesma. Inclui a arte, a literatura e a pintura, mas também vai muito além. Outros itens culturais, por exemplo, são o modo de vestir das pessoas, seus costumes, seus padrões de trabalho e cerimônias religiosas. (GIDDENS, 2005, p. 56).

Boas, por outro lado, apresenta a cultura como “a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social”. (BOAS apud MARCONI; PRESOTTO, 2010, p.22). Tendo em vista esses dois significados, percebe-se que a cultura nada mais é do que o resultado de um universo de variáveis que influenciam a vida de um indivíduo seja mentalmente, socialmente, economicamente e/ou politicamente falando. Essas variáveis que irão auxiliar o indivíduo a se encaixar em um ou mais grupos.

Embora a cultura de um determinado país tenha suas características únicas, existe a possibilidade de mudança nessas características e normalmente isso acontece quando há a influência de fatores externos e internos. Em termos específicos, esses fatores são conhecidos como fatores endógenos, ou seja, os internos, a partir de descobertas e invenções. Já os externos, conhecidos como exógenos, ocorrem a partir de uma difusão cultural. Essa difusão acontece com a adesão ou aperfeiçoamento de elementos culturais pertencentes a outros povos (MARCONI; PRESOTTO, 2010).

As migrações podem exercer influência sobre uma cultura ao ponto de alterarem ou acrescentarem elementos a essa cultura, o que de fato ocorreu com os japoneses que se instalaram no Brasil. A fim de compreender melhor esse processo, faz-se necessário conceber o que significa integração cultural, assimilação, aculturação e transculturação a fim de encaixar aquela que mais se adequa à migração que está sendo estudada.

De acordo com Lakatos (1990, p. 143), a aculturação “é a fusão de duas culturas diferentes que entrando em contato contínuo originam mudanças nos padrões das culturas de ambos os grupos”. Esse processo normalmente resulta na integração dessas duas culturas e de suas sociedades, formando uma nova cultura. Ela ainda afirma que quando um povo se ajusta a outra cultura, mesmo passando por diversas transformações a sua identidade é conservada. A mesma autora define a assimilação como “o processo mediante o qual os grupos que vivem em um território comum, embora precedentes de lugares diversos, alcançam uma solidariedade cultural” (LAKATOS, 1990, p. 143). Seguindo essa temática, Lakatos (1990, p. 144) coloca que a transculturação é “a troca de elementos culturais entre sociedades diferentes”.

Em raciocínio análogo ao de Lakatos, Marconi e Presotto (2010) definem integração cultural citando Ralph Linton, que propõe um conceito que consistiria no “desenvolvimento progressivo de ajustamento cada vez mais completo, entre os vários elementos que compõem a cultura total”. (LINTON, 1965:377 apud MARCONI; PRESOTTO, 2010, p. 44). Os autores ainda complementam essa citação afirmando que “deve haver adaptação progressiva, ajustamento recíproco entre os elementos culturais”.

Outra questão relacionada à cultura e que também possui suas particularidades é a da identidade, essencial para a discussão aqui proposta. Como será analisado mais a frente, um dos motivos que impediram os japoneses de uma aproximação maior com os brasileiros foi a exaltação de sua identidade, por isso a necessidade de compreender as definições existentes sobre isso. De acordo com Giddens (2005)

[...] a identidade, se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas. Essas compreensões são formadas em relação a certos atributos que têm prioridade sobre outras fontes de significado. Algumas das principais fontes de identidade incluem gênero, orientação sexual, nacionalidade ou etnicidade e classe social. (GIDDENS, 2005, p. 43 e 44).

O tipo de identidade que será abordado aqui será a nacional, já que as outras não tiveram uma influência tão significativa no processo de criação da cultura nipo-brasileira

quanto essa. HALL (2014, p. 29) afirma que “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” e que as identidades nacionais “representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares”. (HALL, 2014, p. 44). A esse respeito, Bauman (2005) argumenta que a identidade nacional se diferencia das outras pelo fato de ser construída pelo Estado e por não reconhecer competidores ou opositores:

[...] a identidade nacional não reconhecia competidores, muito menos opositores. Cuidadosamente construída pelo Estado e suas forças [...], a identidade nacional objetivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre "nós" e "eles". [...] Ser indivíduo de um Estado era a única característica confirmada pelas autoridades nas carteiras de identidade e nos passaportes. (BAUMAN, 2005, p. 28).

Ainda sobre esse assunto, Castells (2013) afirma que independente de qual seja, toda identidade é construída e o que realmente importa saber são os motivos pelos quais ela foi criada, como, por quem e para quem. O autor também assinala que quem constrói essas identidades são “os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (CASTELLS, 2013, p. 23 e 24). Dito isso, ele descreve três formas de construção identitária: a legitimadora, a de resistência e a de projeto, sendo que a legitimadora tem a intenção de “expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” e “dá origem a uma sociedade civil” e a de projeto tem objetivo de construir “uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade”. (CASTELLS, 2013, p. 24-26).

A identidade de resistência, por outro lado, será mais detalhada por ter se aproximado mais do caso dos japoneses no Brasil. Castells (2013) assinala que essa identidade é idealizada

[...] por atores que se encontram em posições/condições desvalorizada e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 2013, p. 24).

No tocante a identidade de resistência, uma de suas características é a formação de comunidades, justamente por causa da pressão exercida sobre os membros dessas comunidades. Quando juntos em um grupo, suportar a oposição se torna algo mais suportável, porém resulta em uma “exclusão dos que excluem pelos excluídos”, como apontado por

Castells (2013, p. 25), ou seja, a identidade construída acaba sendo defensiva já que não está “de acordo” com o que se tem delineado pelas instituições/ideologias dominantes.

O que tem se notado, no entanto, é que delimitar identidades e descrevê-las de uma forma homogênea tem sido cada vez mais difícil, devido à globalização, principalmente. Stuart Hall afirma que o motivo pelo qual as identidades culturais foram deslocadas no fim do século XX foi um “complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’”. (HALL, 2014, p. 39). Giddens também aponta que “o comércio, as novas tecnologias de informação, a mídia internacional e a migração global contribuíram com o livre fluxo da cultura através das fronteiras nacionais” (GIDDENS, 2005, p. 70). Em síntese, a globalização é uma forma de se diminuirmos as diferenças, aumentar as relações entre sociedades e, conseqüentemente, diluir as barreiras que antes eram impossíveis de serem atravessadas.

Apesar de ter sido criada pelo Estado e para o Estado, as identidades nacionais se encontram passíveis de sofrer alterações. Hall (2014, p. 11) explica que “a identidade é formada na ‘interação’ entre o ‘eu’ e a sociedade”. Logo, se em uma sociedade existem identidades nacionais distintas e há um diálogo entre elas, conseqüentemente vão ocorrer trocas culturais. Dessa forma, as identidades que antes eram estáticas passam a ser móveis, sendo transformadas de acordo com a cultura. Hall (2014, p. 42) complementa essa ideia: “À medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural”.

Com relação às migrações e as identidades, Hall (2014, p. 49) discute que esse movimento tem provocado alguns efeitos com relação à identidade. Um deles foi a formação de grupos minoritários dentro dos Estados, o que resultou em uma “‘pluralização’ de culturas nacionais e de identidades nacionais”. Outro efeito gerado pela migração foi o do “alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições de identidade, juntamente com um aumento de polarização entre elas”, o que pode fortalecer as identidades locais ou produzir novas identidades. O autor explica que o fortalecimento se dá a partir do momento em que um grupo dominante se sente ameaçado com a presença de outra cultura. (HALL, 2014, p. 50).

A esse respeito, se observa também que

[...] as identidades nacionais na contemporaneidade resultam de um sentimento individual de pertencimento a uma determinada coletividade, cujos símbolos e formas de representação atribuem imagens à nação, ou seja, certos sentidos com os quais os membros daquele grupo tendem a se identificar. (HALL, 2003 apud CASTRO, 2012, p. 29)

Assim, a identidade deixa de ser definida unicamente pelo Estado, passando a ter influência ativa e direta do próprio indivíduo, que se identificará com os traços que mais marcarem sua memória.

A partir do esclarecimento de todos esses conceitos, é possível entender o que realmente aconteceu com a comunidade japonesa instalada no Brasil e de que forma isso refletiu no perfil dos japoneses e seus descendentes.

3.2 A ADAPTAÇÃO DO IMIGRANTE JAPONÊS

Passados os períodos de maior tensão entre os japoneses, começa um novo período para esses imigrantes: o de adaptação. Como descrito anteriormente, não foi fácil ser japonês no Brasil e muito menos se acostumar a uma cultura com hábitos tão distintos dos seus. Além disso, nunca havia sido a intenção dos japoneses de se inserir na cultura brasileira, tendo em vista que o enriquecimento seria rápido, facilitando a volta para o Japão. Então se pergunta em que momento houve essa adaptação ou assimilação? Como ocorreu e com quais imigrantes? São essas as perguntas que fomentaram o estudo do presente trabalho e que serão respondidas a seguir.

A nova fase vivida pelos japoneses no Brasil era promissora: não havia mais guerra, segregação ou grupos rivais entre eles mesmos. Além disso, o Japão estava se reerguendo após a guerra e sua imagem no cenário internacional passou a ser outra: uma imagem positiva, de um país com pessoas trabalhadoras, pacíficas e disciplinadas. (VIANNA, 2008, p. 70).

Aqueles que ainda acreditavam em alguma possibilidade de voltar para o Japão se viram inconsolados e com apenas uma escolha: ficar no Brasil e aceitar a nova vida. A partir de então, os japoneses passam a procurar formas de “proporcionar educação aos seus filhos e ampliar as possibilidades para que eles pudessem prosperar aqui, em solo brasileiro”. (VIANNA, 2008, p. 58).

Um fator fundamental para entender o processo de integração dos japoneses na cultura brasileira é seu grau de “nacionalidade japonesa”: quanto mais próximo das tradições e das crenças japonesas, mais difícil era se adaptar, da mesma forma que quanto mais distante dessa cultura, mais fácil seria sua inserção na sociedade brasileira. Tanno (2008) afirma que:

Os japoneses buscavam preservar sua cultura e identidade de origem por meio das práticas de seus costumes, língua, religião e instituições como família e associações e, em especial, aqueles imigrantes mais velhos, isto é, que foram formados inteiramente na cultura e tradição do Japão. Por outro lado, os mais jovens, que foram criados e educados entre duas culturas, a japonesa, no interior do espaço familiar e da colônia, e a brasileira, nos espaços públicos da escola, das praças, dos armazéns, do trabalho etc., aceitavam com mais facilidade os hábitos dos brasileiros [...]. (TANNO, 2008, p. 73).

De acordo com os conceitos explicados na primeira parte deste capítulo, os primeiros imigrantes não passaram por um processo de assimilação, aculturação ou transculturação. Muitos estudiosos defendem a ideia de que houve sim uma assimilação por parte dos japoneses, mas pelas características atribuídas a essa forma de adaptação a uma nova cultura, o que se acredita aqui é que ao invés de assimilação, os japoneses *se integraram*. Truzzi (2012) cita a autora Ruth Cardoso, que corrobora com essa ideia de integração:

o processo de integração do imigrante japonês é caracterizado neste trabalho, por um lado, por sua mobilidade social, e por outro, pela diminuição da distância cultural entre ele o conjunto da sociedade, isto é, pela menor utilização de sistemas expressivos próprios. A mobilidade é importante porque os japoneses emigraram para o ocidente aceitando voluntariamente uma posição (talvez a mais baixa) na hierarquia das classes sociais. Não há exclusão étnica, como em outras situações de contato e, com maiores ou menos obstáculos, dependendo do país, os imigrantes se situam dentro do sistema social como membros de uma classe. Sua posição na sociedade que o recebe está dada dentro do sistema de classes. É, portanto, dentro da estrutura existente em transformação que o imigrante procura mudar de posição e mede seu progresso. Buscando ascensão, primeiramente como grupo e, depois de dado o primeiro passo, como indivíduo, é que os japoneses aspiram melhores posições. É de notar, entretanto, que a partir do momento em que age como indivíduo, o imigrante deixa de distinguir-se dos demais brasileiros de sua mesma classe social. Sua dissolução como etnia significa sua absorção como membro de uma classe, o que constituiria sua integração total. (CARDOSO, 1972:175-176 apud TRUZZI, 2012, 527-528).

Em virtude desse fator, acredita-se que a inserção dos japoneses se deu de duas maneiras: a primeira, de forma mais sutil, com a população que foi criada no Japão e em momento algum teve a intenção de se adaptar, e a segunda, mais visível, foi da geração que foi criada no Brasil, mesmo obtendo traços nipônicos herdados de família. Essas duas formas de inserção também foram distintas e pretendem ser analisadas a seguir.

3.2.1 ADAPTAÇÃO DOS ISSEIS

Issei, termo em japonês que significa “da primeira geração”, são os imigrantes que vieram para o Brasil em 1908, com intenções claras de juntar dinheiro e retornar ao seu país de origem. Em razão da crença de que isso realmente iria acontecer, muitos desse grupo não fizeram o menor esforço para se adaptarem à cultura brasileira ou sequer aprender o português. Os poucos que se diferenciavam aprendiam o português por necessidade ou porque vieram para o Brasil ainda jovens e tinham mais disposição e facilidade para aprender. (VIANNA, 2008). Ono e Wakisawa (1973) corroboram essa ideia ao afirmar que:

Uma vez fixado, o imigrante, mesmo que não conheça a língua, mesmo que etnicamente possua características diferenciais marcantes, passa a ser componente da sociedade brasileira, não existindo razões essenciais e impeditivos pelos quais o imigrante japonês fosse excluído do processo de integração [...] os problemas referentes ao processo de assimilação existiu mais por parte do imigrante japonês e não pelo lado brasileiro. (ONO; WAKISAWA, 1973, p. 533).

Tanno (2008), por outro lado, acredita que, pouco a pouco, os japoneses estavam se adaptando à cultura brasileira:

Nas colônias, na capital, São Paulo, e em inúmeras cidades do interior paulista, ao construírem formas de sobrevivência física, cultural e identitária de sua cultura de origem, os japoneses e seus descendentes estavam também inserindo-se na sociedade receptora, visto que reconstruíram seus costumes e tradições adaptando-os a uma nova sociedade e, dessa forma, usufruíam também um pouco dela, ainda que de maneira indireta. Assim, as inúmeras formas de sociabilidade organizadas pelos japoneses no inteiro de suas colônias ou em cidades permitiam a eles construírem, paulatinamente, o sentimento de pertencimento ao local, de espaço conquistado e não mais desconhecido. (TANNO, 2008, p. 69).

Mesmo concordando com algumas colocações de Tanno, o que se percebeu durante este trabalho é que, por terem essa visão de regresso em curto prazo, os *issei* se adaptaram de uma maneira particular e não completamente voluntária, denominada por HALL (2014) de tradução:

[...] essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. (HALL, 2014, p. 52).

Percebe-se, então, que a resistência por parte desses primeiros imigrantes foi um empecilho para que essa geração se adaptasse à cultura brasileira. Grande parte dessa

resistência vem da ideia de “*uniqueness*” do povo japonês, que foi reforçada durante a Restauração Meiji: “os construtores do modelo de desenvolvimento Meiji insistem em acentuar a originalidade dos japoneses, tanto cultural, como também racial” (SAKURAI, 2000, p. 39).

O tipo de adaptação vivida por eles foi apenas pela necessidade, já que a opção de retornar para seu país de origem havia sido perdida.

3.2.2 ADAPTAÇÃO DOS NISSEIS EM DIANTE

O termo *nissei* significa “da segunda geração”, ou seja, os filhos dos japoneses que nasceram no Brasil. A partir dessa geração, o processo de adaptação é completamente diferente quando comparado à geração anterior. Esses indivíduos, ao contrário dos anteriores, não sofreram choques culturais e não precisaram lidar com a questão de serem aceitos ou de precisarem se integrar, pois já nasceram brasileiros. (VIANNA, 2008).

Dependendo do *nissei* e sua família, o contato com as tradições japonesas eram mínimos ou até mesmo inexistentes. Já não era necessário falar fluentemente em japonês e conviver somente na colônia, pois o *nissei* já frequentava escolas e outras instituições brasileiras. (KOBÉ, 2008).

Apesar de existirem casos como o citado anteriormente, a maior parte dos estudos de imigração japonesa que falam sobre a adaptação desses imigrantes relata que por serem muito próximos ainda de seus parentes que foram criados no Japão, ainda havia certa rigidez para que se aprendessem os costumes japoneses e o idioma, além de que para os *nisseis* o casamento com outras etnias não era tão aceito como seria para as próximas gerações.

Ishitani (2008, p. 105), aponta que “houve a compreensão, por parte dos descendentes de japoneses, de que, sem representatividade e ocupação de novos espaços ficariam à margem da sociedade e dos benefícios do progresso, sem nenhum poder de influência”. Assim, começa uma inserção maior por parte dos descendentes de japoneses na sociedade brasileira.

Essa inserção mais generalizada na sociedade brasileira proporcionou mudanças dentro das comunidades nipônicas e fora também: a entrada de *nisseis* na faculdade e no mercado de trabalho, por exemplo, e a possibilidade de casamento interétnico foram facilitadores para uma maior aproximação com os brasileiros. (TANNO, 2008). Sakurai (2000) aponta um fato interessante sobre a questão da educação dos imigrantes japoneses:

Para tornar-se nacional, educação é o fator imprescindível. A educação apagaria os traços das diferenças culturais, daí se entender as medidas de proibição do ensino de línguas estrangeiras, de circulação de periódicos e jornais que não fossem em língua portuguesa, nesse período em que a nacionalidade pode ser colocada em xeque. (SAKURAI, 2000, p. 21).

A partir da terceira geração de japoneses, também chamados de *sansei*, é bem mais perceptível a sensação de pertencimento deles com a sociedade brasileira: esses indivíduos já nasceram no Brasil e a única característica marcante que remete a cultura japonesa são os traços físicos, como os tradicionais “olhos puxados”. (VIANNA, 2008).

Assim, percebe-se que a forma de inserção à sociedade brasileira dessas duas últimas gerações foi a de integração, como explicado anteriormente, já que não foi necessário abrir mão de aspectos culturais a fim de que os elementos culturais do Brasil prevalecessem e nem foi preciso que as duas culturas se fundissem para criar uma nova. O fato de estarem dialogando harmoniosamente e, pouco a pouco trocarem informações entre si, contribuiu para o desenvolvimento da cultura nipo-brasileira.

3.3 A CRIAÇÃO DA CULTURA NIPO-BRASILEIRA

Após entender todas as dificuldades enfrentadas pelos japoneses no Brasil e sua complicada inserção na cultura e na sociedade brasileira, torna-se mais natural a compreensão de como surgiu essa nova cultura.

Mesmo havendo uma abertura maior para a cultura brasileira da segunda geração de imigrantes em diante, as raízes da cultura nipo-brasileira se encontram ainda na primeira geração desses imigrantes. Por meio de pequenas ações do dia-a-dia, é possível notar como isso tudo começou.

Os primeiros imigrantes, por exemplo, utilizavam algumas palavras em português no meio de uma conversa para se facilitar uma comunicação com outros brasileiros (quando necessário); as vestimentas tradicionais japonesas que foram trocadas pelas roupas ocidentais (nesse caso os japoneses não tiveram muita opção, já que o clima do Brasil era diferente e ninguém usava vestimentas semelhantes às deles); a culinária também teve que ser adaptada, já que no Brasil não havia produtos japoneses, mas como eles não sabiam exatamente o que era bom ou não, tentavam cozinhar de acordo com o paladar que lhes agradava, mas com os ingredientes brasileiros. (SAKURAI, 2013).

Mesmo com todas essas adaptações, os japoneses não abriam mão de algumas tradições, sendo a principal o chamado “espírito japonês”, que não é apenas sobre o idioma japonês, a história do Japão e o respeito à pátria: são valores bastante enaltecidos pelos japoneses e que também dizem respeito ao modo de agir e ser desses indivíduos. Alguns deles são a diligência, integridade, perseverança e honestidade. Como observado por Vianna (2008), apesar de não serem exclusivos da sociedade japonesa, são valores essenciais e que representam a identidade japonesa, sendo transmitidos principalmente no meio familiar.

Ainda a esse respeito, Vianna (2008) afirma que:

Trata-se do dilema que coloca em extremos a preservação total da cultura de seus ascendentes e a assimilação completa do modo de vida local. Cada nissei resolveu esse dilema a sua maneira, resguardando os valores e práticas que lhe eram importantes, sem deixar de agregar novos elementos culturais da sociedade da qual eram já parte indissociável. (VIANNA, 2008, p. 72).

Durante a Segunda Guerra Mundial, como mencionado no capítulo anterior, as proibições feitas pelo governo de liberdade cultural foram um choque para os japoneses. Como não eram permitidas reuniões, conversas no idioma nativo e até mesmo as aulas em japonês para as crianças, a transmissão do “espírito japonês” foi fortemente prejudicada. Além disso, qualquer atitude que remetesse às tradições japonesas poderia resultar em uma repreensão policial, como por exemplo, não cumprimentar outro japonês em seu idioma nativo, o que era considerado uma “negação de valores humanos”. (HANDA, 1987, p. 643-644).

Após as tensões da Segunda Guerra Mundial, o processo de trocas culturais continua, na medida em que os descendentes de japoneses começam a participar mais ativamente de atividades com os brasileiros que conheceram na faculdade, escola ou trabalho. Eventualmente, as colônias japonesas que antes eram construídas com base nas tradições do Japão, passam a receber novas informações obtidas por aqueles que estão convivendo com pessoas de outras etnias e, da mesma forma, os brasileiros estão obtendo novas informações culturais advindas dos japoneses.

Dito isso, explicando-se em termos específicos o que veio a acontecer, pode-se dizer que a cultura nipo-brasileira surgiu devido ao *hibridismo* das culturas brasileira e japonesa. Sobre isso, Hall (2014) argumenta que:

As pessoas pertencentes a essas *culturas híbridas* [...] devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de

identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. [...] (HALL, 2014, p. 52-53).

Sobre isso, Castro (2012) aponta que

o hibridismo [...] e a diversidade são características observadas em diversas nações nos dias atuais, graças à introdução de novos elementos – humanos e culturais – na composição destes povos e à porosidade das fronteiras nacionais – decorrente das constantes migrações e das trocas de informação favorecidas, por sua vez, pelo progresso tecnológico e por profundas modificações na organização sociocultural, política e econômica (CASTRO, 2012, p. 29).

Em síntese, os processos de trocas culturais entre os brasileiros e os japoneses ao longo dos anos foram essenciais para a eclosão desse hibridismo. Graças a essa combinação das culturas, foi possível tanto para os brasileiros como para os japoneses conviver de forma mais harmoniosa.

Sakurai (2013) afirma que a ideia de “*living together*” é fundamental para entender a cultura nipo-brasileira. Para explicar essa ideia, a autora aponta dois elementos que remetem à incorporação de uma cultura a outra, que são a linguagem e o casamento. Como exemplo, ela cita que palavras originais do japonês foram acrescentadas no dicionário com a grafia adaptada para nosso idioma. Outro exemplo seria o dos funerais e casamentos, que mesmo sendo feitos tradicionalmente segundo a religião católica, para os brasileiros, também são agregados ritos budistas que são adotados pelos japoneses.

Com o advento da globalização e da melhora na relação Brasil-Japão, começou a serem importados produtos japoneses, ao tempo em que os brasileiros começaram a se interessar por aspectos da cultura japonesa como a culinária, as artes, esportes e o idioma. Também foram instaladas empresas japonesas no Brasil, o que dava mais visibilidade ao Japão. Seguindo essa linha de raciocínio, Vianna (2008) afirma que

esses produtos foram de tal forma incorporados aos hábitos do brasileiro que seu mercado consumidor não se restringe à comunidade nikkei. Criou-se um mercado tão amplo que muitos desses artigos originalmente japoneses são hoje produzidos em território nacional. A presença japonesa no Brasil não foi somente marcante, mas gradualmente passou a fazer parte do País. Os hábitos e produtos japoneses foram aceitos e incorporados ao próprio modo de ser do brasileiro, em processo semelhante ao que ocorreu com seus descendentes. Isto é, da mesma forma que acontece com os nipo-brasileiros, a cultura japonesa torna-se também parte da cultura brasileira [...]. (VIANNA, 2008, p. 80).⁴

Assim, foi com a ascensão dessa cultura nipo-brasileira que a identidade nipo-brasileira também foi se formando gradualmente, na medida em que uma abertura foi

⁴ *Nikkei* é um termo em japonês utilizado para se referir aos descendentes de japoneses que nasceram fora do Japão.

mostrada por ambas as partes, tanto brasileira quanto japonesa. Como dito anteriormente, a identidade não é algo fixo, inato, mas sim flexível e que se pode ser construída na medida em que a cultura se altera e se encontra mais aberta a receber influências.

A identidade nipo-brasileira é composta basicamente por descendentes de japoneses que nasceram no Brasil, por terem aspectos culturais do Japão ensinados e herdados de sua família e por terem nascido, sido criados e imersos na cultura brasileira. Os indivíduos que se identificam dessa forma possuem, então, características das duas culturas, o que os torna *híbridos*, culturalmente falando.

Mesmo tendo nascido no Brasil, os nipo-brasileiros encontram dificuldades de se auto identificarem como tal, pois os traços físicos não negam que eles possuem relação com o Japão e normalmente não são vistos como brasileiros, mas sim como japoneses. (VIANNA, 2008).

Nesse âmbito, Vianna (2008) explica que

No Brasil, a caracterização racial está intimamente relacionada com o fenótipo do indivíduo, com os traços físicos visivelmente presentes. Ao contrário de outras sociedades, nas quais o fator de distinção é sanguíneo ou cultural, aqui são os tipos físicos que prevalecem como determinantes da categorização racial. Os negros não são caracterizados como tais por descenderem de africanos ou por compartilharem referências culturais próprias aos afrodescendentes, mas por apresentarem certo fenótipo – como cor de pele. O mesmo pode ser dito com relação aos nipo-descendentes. Serão eles referidos como japoneses devido a suas características físicas – sendo os “olhos puxados” a mais marcante. Sua identificação com o japonês independe, portanto, do local de seu nascimento, do grau geracional ou de miscigenação: desde que tenha o fenótipo japonês, será visto como tal pela sociedade brasileira. (VIANNA, 2008, p. 48-49).

Por esse motivo, os nipo-brasileiros não têm consigo um sentimento de pertencimento completo: nem ao Japão, porque não nasceram lá e possuem apenas alguns elementos que poderiam descrevê-los como japoneses, e nem ao Brasil, pois seus traços físicos e alguns hábitos são contrários aquilo que se acredita como remetente “da cultura brasileira”.

Em “*Ensaio sobre a Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira*”, de 2008, alguns nipo-brasileiros descrevem suas experiências com relação à sua identidade e situações que mostram como é difícil não só para eles, mas também para brasileiros, os identificarem como descendentes de japoneses nascidos no Brasil.

Ana Paula de Almeida Kobe relata que nunca se sentiu diferenciada, pois havia nascido em uma cidade em que prevaleciam as diferenças étnicas. No entanto, dentro de casa,

as coisas mudavam no sentido de que a família paterna preservava as tradições japonesas e, dessa forma, ela sentia como se o mundo fora de casa fosse um paralelo àquele que existia em casa. Sua família materna, por outro lado, é brasileira e mantém as tradições brasileiras. Quando frequentava as aulas de japonês, ela e sua irmã se sentiam deslocadas. De acordo com ela, ela “não se sentia japonesa”. (KOBÉ, 2008, p. 19).

De acordo com seu relato, Kobe afirma que havia preconceito também dentro da comunidade japonesa para crianças que não tinham ambos os pais japoneses, fazendo assim com que as crianças só pudessem se relacionar com outras crianças que tivessem pai e mãe japoneses. A fim de se socializar melhor, ela buscava interações com crianças que tivessem pai ou mãe brasileiro. Kobe também menciona que era muito importante para a família paterna que os traços nipônicos fossem mais evidenciados do que os brasileiros e, para “compensar” a família materna, ela buscava imitar a mãe na forma de ser e agir. Mas, como dito anteriormente, essa questão da identidade é tão complexa que não foi exatamente dessa maneira que aconteceu:

Assim, cada qual garantia seu quinhão: o físico era a herança paterna; o comportamento, a materna. Mas a divisão não se revelou precisa. Assim como no físico ficaram impressas características nipônicas e brasileiras, também na personalidade e no caráter juntaram-se as duas influências. (KOBÉ, 2008, p. 23).

Outra experiência relatada por Kobe é a gastronômica. Em meio a duas culturas distintas, obviamente seriam distintas também suas culinárias e formas de se aprender cada uma. Enquanto a avó japonesa a ensinava a cozinhar a fim de se tornar independente na cozinha, a avó materna a recebia com os pratos todos prontos, apenas para que ela degustasse e aproveitasse o que a avó tinha a oferecer. (KOBÉ, 2008).

Por outro lado, no caso de Candice Sakamoto Souza Vianna, seus avós eram ambos japoneses, sendo que a avó veio para o Brasil ainda pequena e pôde ser educada aqui, ao contrário do avô, que faz parte das pessoas que tiveram dificuldade para se inserir e aprender o português, por exemplo. Vianna também descreve que mesmo sendo criada no Brasil, muito da “herança” japonesa que ela recebeu foi contribuição de sua avó. (VIANNA, 2008).

Vianna relata que em sua família os *nisseis* já começaram a se integrar mais à cultura brasileira: estudavam em universidades, falavam português fluentemente e cresceram num contexto em que o Japão estava crescendo tanto política quanto economicamente, fazendo com que a imagem dos “japoneses” do Brasil fossem melhor vistos. Ela também afirma que:

Os nisseis, em sua maioria, não sofreram choques culturais. Nasceram já no seio da sociedade brasileira e apenas ao longo de suas vidas tomaram consciência de suas origens estrangeiras. Afinal, eram brasileiros. Brasileiros com olhos puxados, evidentemente, e com, talvez, alguns costumes singulares. Mas essas diferenciações foram-se gradualmente diluindo. Eram mais japoneses aos olhos arredondados dos outros do que a seus próprios. Eles frequentaram ambientes comuns a brasileiros de diferentes origens e já não precisavam se refugiar em colônias japonesas para se sentirem em casa. (VIANNA, 2008, p. 71).

Assim como no relato anterior, Vianna afirma que sua mãe, quando frequentava a colônia japonesa, se sentia desconfortável, diferentemente de quando estava com um grupo de brasileiros. Porém, essa situação não foi mais a mesma quando sua mãe precisou se mudar para outro bairro, em que quando chamada de “japonesa” isso poderia ser considerado um insulto e, além disso, pelo fato dos descendentes de japoneses serem conhecidos como inteligentes e esforçados, ela era tida como a concorrente a ser vencida em um cursinho para vestibular. A autora ainda comenta a dificuldade em ser *nikkei*, pois se vivia em “constante ambiguidade: sentir-se brasileira e ser vista como japonesa; buscar integrar-se completamente e, ao mesmo tempo, manter suas raízes; ter orgulho da cultura de seus pais, mas desconhecer muito de seus costumes, tradições e mentalidade.” (VIANNA, 2008, p. 76)

Vianna começa a descrever um pouco de sua própria experiência como nipo-brasileira. Inicialmente, ela relata que os *sanseis*, por já nascerem em uma época em que a integração dos imigrantes japoneses é maior, se identificam com mais facilidade como brasileiros e não são “estranhados” pelos brasileiros, mesmo possuindo os traços físicos de um japonês. Ela também conta que, por não ter convivido muito com outros nipo-brasileiros e por não ter tido um conhecimento mais aprofundado da cultura que estava enraizada nela, quando questionada sobre suas origens e tópicos que se encontravam mais distantes daquilo que lhe foi ensinado, ela não sabia responder e se sentia frustrada. (VIANNA, 2008). A partir de então, a autora começou a se interessar mais pela história de sua família e do Japão.

Tendo como base os dois relatos citados anteriormente, percebe-se como é difícil falar em uma identidade nipo-brasileira, sendo que existem diversos fatores que irão influenciar na definição dessa cultura, como o meio social, a criação familiar, a educação e a cultura na qual se está inserido.

CONCLUSÃO

Com o fim deste trabalho, foi possível perceber que, de inúmeras maneiras, a imigração japonesa contribuiu para o Brasil, sendo que o destaque aqui dado foi para as contribuições culturais, seja na culinária ou nos esportes, mas principalmente, no desenvolvimento da cultura nipo-brasileira.

O intuito do primeiro capítulo foi mostrar, a partir das definições relacionadas a migração, como funcionam as diversas modalidades de migração, com foco na imigração, em que um indivíduo entra em um país que não seja o seu a fim de residir ali. Além disso, se apresentou formas de recepção de migrantes e motivos pelos quais esses indivíduos deixam seus países.

Introduz-se brevemente um histórico das migrações globais, essencialmente após a Segunda Guerra Mundial, marco para as Relações Internacionais como um todo e para o desenvolvimento deste trabalho e, assim, explica-se de que forma se iniciaram os fluxos migratórios do Japão.

A emigração japonesa foi, em certa medida, caracterizada por suas complexidades, levando em consideração que o Ocidente estava acostumado com a recepção de imigrantes brancos ou negros, basicamente, e a imigração japonesa era algo completamente novo, já que se manteve fechada durante tanto tempo. Além disso, o povo japonês podia ser considerado como uma incógnita racial, pois não eram brancos, negros ou sequer índios: eram “amarelos”. Sua emigração em massa gerou desconfiança e desconforto para os países que os recebiam, acolhendo-os apenas como trabalhadores rurais e, muitas vezes, os faziam trabalhar em condições muito precárias.

A medida em que o tempo passava, o que se notava era que os japoneses eram bons trabalhadores, esforçados e dedicados, mesmo quando submetidos a condições de trabalho desfavoráveis e a países em que era difícil uma adaptação maior, principalmente pela barreira linguística. Esse perfil de bom trabalhador, mesmo sendo algo que traria benefícios para o país receptor, foi um fator negativo para os japoneses, pois os nacionais começavam a achar que esses imigrantes estavam “tomando” os empregos que os nacionais poderiam estar executando.

É com essa ideia que os países começam a adotar políticas preconceituosas e a limitar o número de migrantes que seriam recebidos e até mesmo proibir a migração de alguns povos, o que chegou a acontecer também (e principalmente) com os japoneses.

A partir de então, se inicia o segundo capítulo, justamente quando os japoneses são proibidos de migrarem para os Estados Unidos e começam a se voltar para o Brasil, que apresentava boas condições de vida e enriquecimento rápido. No entanto, a vida no Brasil não foi tão fácil quanto se imaginava e o enriquecimento rápido também não.

Durante a Segunda Guerra Mundial, como enfatizado diversas vezes, os imigrantes japoneses sofreram restrições de liberdade, de exercer a cultura pertencente a eles e de simplesmente serem japoneses. A ideia era assimilar esses imigrantes a fim de construir uma cultura brasileira única, sem interferência de outros traços culturais.

O fim da guerra trouxe consigo inúmeras mudanças, como colocado no texto, e trouxe também esperança para os imigrantes que aqui se encontravam.

Em face de tudo o que foi apresentado, observou-se que os japoneses, ainda que muito conectados à sua pátria, não tiveram escolha a não ser aceitar alguns aspectos da cultura brasileira a fim de se estabilizarem no Brasil, principalmente quando se percebeu que a volta para o Japão não passava de uma utopia. Percebeu-se também que a maior abertura por parte dos japoneses ocorreu a partir da segunda e terceira geração desses imigrantes, também chamados de *nisseis* e *sanseis*, que tiveram que participar mais ativamente da sociedade brasileira, seja frequentando escolas ou trabalhando em ramos que não o agrícola.

Foi possível por meio dos contextos históricos aqui descritos, entender a forma que os brasileiros viam os japoneses quando eles vieram para o Brasil e vice-versa, ficando mais fácil entender as dificuldades por trás do processo de adaptação dos imigrantes à sociedade brasileira, fossem elas políticas (com as restrições durante a Era Vargas e sem representação japonesa), culturais (pelos brasileiros acreditarem na não assimilação dos japoneses e pelos japoneses se manterem fieis a sua nação) e até mesmo raciais (pelos japoneses não fazerem parte de uma das três raças –branca, negra e indígena).

Também se observou que o processo enfrentado pelos japoneses não foi necessariamente a assimilação, que sugere que se abra mão da sua cultura a fim de fazer parte da cultura “dominante” para ser aceito na sociedade, mas sim um processo de tradução que pode levar em uma hibridização de culturas, em que há uma “negociação” com a cultura em

que se está inserido, mas sem abrir mão do que foi absorvido na cultura de origem. Isso pode provocar a criação de uma nova cultura, o que de fato aconteceu no Brasil.

É interessante notar também como a Antropologia apresenta conceitos que são tão complexos, mas que ajudam a entender temas como o de adaptação cultural. No entanto, foi notado aqui que a identidade, por ser um tema demasiado amplo e difícil de ser uniformizado em um conceito apenas, é um termo discutido desde muito tempo dentro da academia, demonstrando assim como pode chegar longe esse debate.

Além disso, percebe-se como alguns traços culturais foram essenciais para a diferença entre a adaptação dos *isseis* e dos *nisseis*, como por exemplo, o idioma (português), o casamento interétnico e a educação em escolas brasileiras. No caso dos *isseis*, era praticamente proibido (dependendo da família) abordar qualquer um desses assuntos, pois o retorno para o Japão era esperado, logo a adaptação era desnecessária. Foi por isso que se construíram escolas que ensinassem o japonês e dessem aula também em japonês. Também não era bem visto na época se misturar com pessoas de outras etnias, já que isso poderia “ferir” a raça japonesa.

Por outro lado, todos esses temas nem precisaram ser discutidos pelos *nisseis*: mesmo sendo no Brasil, a família japonesa buscava por formas de integrar seus filhos na sociedade e a melhor maneira era colocando-os numa escola brasileira para conviver e crescer com essas crianças. O casamento interétnico era aceitável e até incentivado, justamente para esse processo de adaptação. O idioma japonês, para esses *nisseis* era segunda opção ou sequer se encontrava em mente.

É importante ressaltar também como a globalização tem influência não só nos processos de migração, mas também na construção de culturas e identidades, a medida em que se montam novos fluxos de conexão entre sociedades que antes não existiam e, dessa forma, há uma comunicação maior entre as culturas, que podem ser mais receptivas a novos aspectos culturais ou menos receptivas, o que irá definir seu nível de integração global.

Por fim, conclui-se que a criação dessa cultura, apesar de conflituosa em diversos momentos, proporcionou não só para os imigrantes japoneses, mas também para os brasileiros, uma nova forma de se aprofundar em uma cultura sem ter que abandonar as suas crenças, adquirindo, caso queira, traços dessa cultura para a sua, a fim de aprimorá-la e torná-la mais acessível.

REFERÊNCIAS

- ARAI, Jhony; HIRASAKI, Cesar. *Arigatô: A emocionante história dos Imigrantes Japoneses no Brasil*. São Paulo: Editora JBC, 2008.
- AVILA, Carlos Federico Domínguez. Migração, globalização e relações internacionais: em busca de novas interpretações fundamentadas em evidências latino-americanas recentes. *Universitas Relações Internacionais*. Brasília, v. 3, n. 2, Ago. 2005. Disponível em <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/285/273>>. Acesso em: 17 Mai. 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- CASTRO, Márcia Marques Marinho. Cultura, Identidade e o Debate Relativismo Cultural x Direitos Humanos nas Relações Internacionais: Perspectivas Dialógicas após a Conferência de Viena de 1993. *Revista Caderno de Estudos Sociais e Políticos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-46, ago-dez. 2012.
- CAVALCANTI, Leonardo; SIMÕES, Gustavo Frota. *Assimilacionismo x multiculturalismo: reflexões teóricas sobre os modelos de recepção dos imigrantes*. *Esferas*, v. 1, n. 3, mar. 2014.
- CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. *Advisory opinions*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_opiniones_consultivas.cfm?lang=em>. Acesso em 24 Mai. 2016.
- DAIGO, Masao. *Pequena História da Imigração Japonesa no Brasil*. Disponível em: <<http://www.imigrantesjaponeses.com.br/Pequena%20Historia%20da%20Imigracao%20Japonesa%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 6 Ago. 2015.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GUIMARÃES, N.; GONÇALVES, E.; RODRIGUES, D. Uma análise dos fluxos de migrantes internacionais e de suas remessas financeiras entre 1990 e 2009. *Revista Nexos Econômicos*, v. 7, n. 2, p. 99-130, dez. 2013.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HANDA, Tomoo. *O Imigrante japonês: História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
- IOM, *Glossary on Migration*, International Migration Law Series No. 1, 2004. Disponível em: <http://www.iomvienna.at/sites/default/files/IML_1_EN.pdf>. Acesso em: 12 Mai. 2016.
- ISHITANI, Cecília Kiku. Ensaio sobre a Herança Cultural Japonesa Incorporada à Sociedade Brasileira. In: *Ensaio sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008, p. 87-107.

KOBE, Ana Paula de Almeida. A herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira. In: *Ensaio sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008, p. 17-41.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, (1930-1934): Contornos Diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LOWE, Norman. *História do Mundo Contemporâneo*. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos: A História da Shindo Renmei*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros/Massao Ohno Editor, 1983.

ONO, Morio; WAKISAKA, K. Cultura, migração e nissei. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973 e São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 531-538.

PEIXOTO, João. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*, 2004. Disponível em:
<<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>>. Acesso em 15 set. 2016.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, Dan. Immigration and Models of Incorporation: Contexts, Key Points of the Debate, and Future Trends. *Documentos CIDOB Migraciones*, Barcelona, n. 12, p. 7-46, jun. 2007.

SAKURAI, Celia. A Imigração dos japoneses para o Brasil no pós-guerra (1959-1980). In: HASHIMOTO, F; TANNO, J.L e OKAMOTO, M.S (Orgs.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 189-239.

_____. Imigração Japonesa para o Brasil: Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 201-238.

_____. *Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil*. 2000. 191 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

_____. *Os Japoneses*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses do pós-guerra e os antigos imigrantes*, 2004. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_599.pdf>. Acesso em 20 Out. 2015.

_____. *The Japanese-Brazilian culture, a confluence of cultures*, 2013. Disponível em: <http://www.fapesp.br/japanbrazilsymposium/media/upload/aaa/5-1-4_Sakurai.pdf>. Acesso em 1 Out. 2015.

SALLES, M. do R. R.; BASTOS, S.; PAIVA, O. da C. (Orgs.). *Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial*, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/5017202/Imigrantes_internacionais_no_p%C3%B3s_Segunda_Guerra_Mundial>. Acesso em: 2 Abr. 2016.

STANIFORD, Philip. Nihon ni itemo shoganai. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973 e São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 32-55.

TANAKA, Aline Midori de Moraes. Imigração e colonização japonesa no Brasil - um resumo. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, Porto Alegre, jul. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/48590/30245>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

TANNO, Janete Leiko. Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: HASHIMOTO, F; TANNO, J.L e OKAMOTO, M.S (Orgs.). *Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 63-77.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553. 2012.

VIANNA, Candice Sakamoto Souza. Um Japão no Brasil: Heranças de 100 anos de história. In: *Ensaio sobre a herança cultural japonesa incorporada à sociedade brasileira*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: FUNAG, 2008, p. 45-83.